



REGIONAL GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
HABILITAÇÃO CIÊNCIAS DA NATUREZA

RITA DE CÁSSIA BORGES GONZAGA

A NORMA E A DOCILIZAÇÃO EM NIETZSCHE E
FOUCAULT: AS DORES E DELÍCIAS DE SE CONSTRUIR
SUJEITO

GOIÁS – GO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **RITA DE CÁSSIA BORGES DE GONZAGA**

Título do trabalho: **A NORMA E A DOCILIZAÇÃO EM NIETZSCHE E FOUCAULT: AS DORES E DELÍCIAS DE SE CONSTRUIR SUJEITO**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento

[x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(a)(s) autor(a)(es)(as) e ao(a) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Welson Barbosa Santos, Professor do Magistério Superior**, em 09/03/2022, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CASSIA BORGES DE GONZAGA, Discente**, em 10/03/2022, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2746710** e o código CRC **6166B85B**.

RITA CÁSSIA BORGES GONZAGA

**A NORMA E A DOCILIZAÇÃO EM NIETZSCHE E
FOUCAULT: AS DORES E DELÍCIAS DE SE CONSTRUIR
SUJEITO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Goiás – Regional Goiás
como pré-requisito para obtenção do título de
Licenciado em Educação do Campo, com
habilitação em Ciências da Natureza.

Orientador: Dr. Welson Barbosa Santos

**GOIÁS - GO
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gonzaga, Rita de Cassia Borges
A NORMA E A DOCILIZAÇÃO EM NIETZSCHE E FOUCAULT: AS
DORES E DELÍCIAS DE SE CONSTRUIR SUJEITO [manuscrito] /
Rita de Cassia Borges Gonzaga. - 2022.
LIX, 59 f.

Orientador: Prof. Dr. Welson Santos Barbosa.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências
Sociais Aplicadas, Educação do Campo, Cidade de Goiás, 2022.
Bibliografia.

1. Norma. 2. Docilização. 3. Nietzsche .. 4. Foucault. I. Barbosa,
Welson Santos, orient. II. Título.

CDU 37



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s)23 dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A NORMA E A DOCILIZAÇÃO EM NIETZSCHE E FOUCAULT: AS DORES E DELÍCIAS DE SE CONSTRUIR SUJEITO”, de autoria de **RITA DE CÁSSIA BORGES DE GONZAGA**), do curso de Licenciatura em Educação do Campo do(a) Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Prof. Dr. Welson Barbosa Santos - UAECH com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Denise de Oliveira Alves - UAECH e Hélio Simplicio Rodrigues Monteiro. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0 , tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Welson Barbosa Santos, Professor do Magistério Superior**, em 01/03/2022, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise De Oliveira Alves, Professora do Magistério Superior**, em 09/03/2022, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CÁSSIA BORGES DE GONZAGA, Discente**, em 10/03/2022, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Simplicio Rodrigues Monteiro, Professor do Magistério Superior**, em 03/04/2022, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2727255** e o código CRC **A938760D**.

Referência: Processo nº 23070.009792/2022-73

SEI nº 2727255

RESUMO

Buscamos com o presente estudo, inicialmente, contribuir para a compreensão de como a interiorização do ressentimento e da culpa se configuram e como a questão explanada na obra Genealogia da Moral, de Friedrich Wilhelm Nietzsche publicado em 1887, pode ser percebida e usada nos contextos atuais. Nietzsche é tido como base teórica para Michel Foucault, assim, ambos nos são referência nessa discussão, a fim de elucidações de como os mecanismos de controle, a partir dos discursos disseminados e atuantes, apresentam conexões com questões de culpa e ressentimento. O melhor entendimento das dinâmicas de solidão, do alto índice de depressão e, até de suicídio, tem subsidiado discursos. Com isso, questionamos o que está posto como norma e suscitamos um debate que nos permitiu contribuir para a investigação dos dispositivos de culpa inculcada/timbrada/forçada, que se torna marca de subjetividades sociais de nosso tempo. Ainda, em um segundo momento, o presente texto relaciona os conceitos e historicidade de corpo, sexualidade e dominação na perspectiva de Michel Foucault, onde percebe-se as relações de poder existentes em várias instâncias da sociedade ocidental, em um processo que a cada dia ganha força e se solidifica. O biopoder como mecanismos de controle apresentados, que tem como foco o poderio sobre a sociedade. Docilizar os corpos é um meio de violência utilizado para transformar os indivíduos em seres iguais e úteis ao trabalho, foco da produção capitalista e a seguir, essa docilização e disciplinarização se apresenta nas escolas. Como contextualização, o texto apresenta as narrativas de quatro participantes da pesquisa, que descrevem um pouco de suas vidas e os desafios por eles apresentados no que se refere a corpo, sexualidade, religião, convívio em sociedade e escola, culpa e a forma como isso nos aniquila.

Palavras chave: Norma, Docilização, Nietzsche e Foucault.

ABSTRACT

We seek with the present study, initially, to contribute to the understanding of how the internalization of resentment and guilt are configured and how the question explained in the work *Genealogia da Moral*, by Friedrich Wilhelm Nietzsche, published in 1887, can be perceived and used in current contexts. . Nietzsche is taken as a theoretical basis for Michel Foucault, thus, both are reference for us in this discussion, in order to elucidate how the mechanisms of control, from the disseminated and active discourses, present connections with questions of guilt and resentment. A better understanding of the dynamics of loneliness, the high rate of depression and even suicide, has supported discourses. With this, we question what is set as a norm and we provoke a debate that allowed us to contribute to the investigation of the devices of inculcated / stamped / forced guilt, which becomes a mark of social subjectivities of our time. Still, in a second moment, the present text relates the concepts and historicity of the body, sexuality and domination in the perspective of Michel Foucault, where the existing power relations in several instances of the western society are perceived, in a process that every day gains strength and solidifies. Biopower as control mechanisms presented, which focuses on power over society. Making bodies docile is a means of violence used to transform individuals into equal and useful beings for work, the focus of capitalist production and then, this docility and disciplinarization is presented in schools. As contextualization, the text presents the narratives of four research participants, who describe a little of their lives and the challenges presented by them with regard to body, sexuality, religion, living in society and school, guilt and the way it annihilate us.

Keywords: Norm, Docility, Nietzsche and Foucault.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA	12
A ESCRITA DE SI COMO CUIDADO DE SI E A ESCRITO DO OUTRO.....	14
NIETZSCHE E FOUCAULT: O DESAFIO DE REFLETIR SOBRE O OUTRO	19
O DISCURSO QUE FERRE, MAGOA E MATA: MICHEL FOUCAULT E A FORÇA DO DISCURSO	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

Introdução

Eu sei o preço e a dor de ser quem eu sou porque sou trans desde sempre e só aos 33 anos de idade comecei a expressar com confiança a minha identidade de gênero e minha orientação sexual na minha família que, assim como muitos, são ignorantes, preconceituosos e reproduzem tudo isso.

Eu sei o preço e a dor de ser quem eu sou porque quando criança sofria homofobia dos vizinhos adultos. E quando brincava com as crianças do bairro também sofria delas.

Eu sei o preço e a dor de ser quem eu sou porque quase sempre que eu precisava fazer o favor de ir à padaria, mercado etc., para minha mãe, eu sofria homofobia no caminho e até mesmo no estabelecimento.

Eu sei o preço e a dor de ser quem eu sou porque assim como meus irmãos, fui inserida desde bebê numa religião, que meus pais seguiam desde antes de eu nascer, e lá descobri que pelo dogma da religião em questão, entre outras coisas, a minha orientação sexual e identidade de Gênero eram combatidas.

Eu sei o preço e a dor de ser quem eu sou porque no período em que frequentei a escola do nível básico (infantil, fundamental e médio) sofria homofobia em cada espaço, em cada canto e lugar. Não frequentava o banheiro, o bebedouro, os corredores... Assistia as aulas com dores na barriga e sentia sede. Os garotos não queriam que eu fizesse parte do grupo de trabalho deles, não queriam que eu fizesse parte do time deles na aula de Ed. Física etc.

Eu sei o preço e a dor de ser quem eu sou porque nasci e faço parte de uma nação que elegeu democraticamente, como chefe de Estado, alguém que é declaradamente homofóbico.

Eu sei o preço e a dor de ser quem eu sou porque o país do qual faço parte é o que mais pratica violência e mata travestis e pessoas trans. Impossível não se sentir chocada, me sentir segura com esse alarmante dado.

Eu sei o preço e a dor de ser quem eu sou porque para sobreviver e encarar a cruel realidade que se apresenta diariamente diante de nós LGBTQIA+, precisei recorrer a ajuda profissional de saúde mental. (Participante 1)¹

Ao iniciar este trabalho uma pergunta se põe como espinha dorsal da discussão. Quais são: as dores e delícias de se construir sujeito, dentro de uma perspectiva que considera a norma e a docilização, a partir das perspectivas em Nietzsche e Foucault.

Por ser assim, este trabalho pressupondo que as linhas inseridas, em formato de epígrafe, podem falar por si só. Isso porque trazem o impacto e a dor de uma geração na luta para se construir, serem percebidos e se tornarem reconhecidas do lugar de onde falam. Eles e elas estão presentes nas escolas, nas universidades, nas ruas e aqui, alguns deles, nos mostram o que têm sentido, vivido, a partir do que são. Afinal, como diz o poeta, “*cada um sabe a dor*

¹ Como todos os demais, este texto procede do trabalho de campo realizado para sustentar esse trabalho. Por se tratar de um uso na perspectiva de epígrafe, optamos por melhor referenciar o autor. Trata-se de um discente, 33 anos, estudante do último período do curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal de Goiás - Campus Goiás.

e a delícia de ser o que é”. Portanto, não tomaremos a fala inicial como material de análise, não consideraremos fragmentos, mas optamos trazê-la na íntegra. O desafio é de dar a essa voz o peso de introdução desse trabalho de TCC, tomando-a como ponto de partida. Este é um trabalho que tem como foco de estudo, estudantes de licenciaturas da Universidade Federal de Goiás – Regional Goiás, na forma como vivenciam suas identidades de gênero, de sexualidade, considerando os mecanismos de controle e os mecanismos perversos de docilização de corpos.

Ao buscar descrever nosso ponto de partida, este trabalho tem por base de dois lugares, um no campo teórico que tem uma obra de Friedrich Wilhelm Nietzsche, publicada em 1887 como referência, e as considerações de Michel Foucault referente os mecanismos de controle. Portanto, as questões históricas e sociais que esses dois autores nos permitem considerar, nos trazem boa parte da sustentação teórica do trabalho aqui apresentado. Outra parte, não menos importante do texto, refere-se ao trabalho de campo feito para sustentar tal discussão. A busca foi por considerar mecanismos que foram naturalizados em nós, dentro daquilo que nos é imposto discursivamente. Ao falar de tais questões, é indispensável considerarmos a escola e a forma como ela contribui para esse disciplinar do corpo e do desejo e que nos ajusta em lugares de dor. Como os próprios autores nos inspiram, o desafio é fazer um ir e vir na história para melhor entendermos o que está posto a nós.

Ainda, quando adentramos nas questões disciplinares, o trabalho traça um desenho de si, daqueles que sentem e avançam nesse refletir sobre si mesmo. Nesse sentido, avaliamos que o uso da memória é o que nos traz para um campo que pode ser, também, denominado narrativas de si. Trata-se de uma forma de explorar e aprofundar um tema, dando um caráter sociológico de perguntas e proposições feitas de nós para nós mesmos.

Por se assim, como parte da presente discussão, há aqui um recontar de reflexões, num mecanismo de pensar e cuidado de si e a forma como se vive dadas questões, as acomodamos, as percepções do presente à luz do passado a partir de dois grandes pensadores da sociologia até o nosso tempo. Enfim, a historicidade que a vida permite ter e que nos dão base para sermos o que nos tornamos. Então, há aqui narrativas de sujeitos e suas dores e enfrentamentos, que dialogando com o texto, vem contribuir para um debate que trata temas complexos como o corpo e seus desafios de ajuste frente à norma e a heteronormatividade e os padrões sociais de controle, se tratando de mecanismos eficientes, presentes na sociedade que adentra e dociliza corpos (Foucault, 2007)

Partindo desse pressuposto, Este é um trabalho que, devido aos tempos de pandemia e as restrições de contato humano, buscou fundamentação nas tecnologias digitais. Por ser assim o whatsapp foi o caminho adotado para se coletar discursos e se ter acesso à fala dos participantes da pesquisa

Metodologia

Buscando localizar metodologicamente esse trabalho, partimos do fundamento que a memória pode ser tomada como uma matéria-prima para mapear os fatos e compreender as bases de pensamento nas quais se pautam as ações de inclusão, exclusão, sociedade, controle, corpo e desejo. A memória é aqui então, capturada, nesta perspectiva de possibilidade de enveredar-se pelo tema, sendo uma forma de analisar as experiências passadas que se torna objeto de observação. Nesta modalidade de investigação, é possível verificar a interação entre o universo pessoal subjetivo e o que o cerca, com todo o seu caráter sociológico: “um método que pode ser usado na investigação e na escrita, já que tem como proposta, descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal, a fim de compreender a experiência cultural” (ELLIS, 2004, p.12).

Nesse contexto, há também a observação de como o outro vê e se comporta diante do fato supracitado, o que é seguido, então, vem, pode ser visto, nas análises sociais que determinam algo que pode ser quantificado. Teremos no corpo do texto, como já no início, o que serão apresentadas como narrativas em si, que demonstrarão como foi que chegamos à pergunta principal deste trabalho. Sendo assim, a principal fonte, foi a apresentação de um conjunto de narrativas vividas e problematizadas à luz do referencial teórico apropriado, no entrelaçamento de campos de estudos como os de gênero e sexualidade dentro do campo pós estruturalista. Desta forma, o presente trabalho é constituído de narrativas de vida, dores, desconstrução, reconstrução, controle e docilização. Trata-se de algo que:

[...] possibilita, portanto, o desenvolvimento tanto da consciência sobre as experiências vivenciadas, quanto o autoconhecimento situando o narrador como sujeito de sua própria história [...]. Com essa compreensão, percebemos que a narrativa possibilita a reconstituição de processos históricos e socioculturais vivenciados nos diferentes contextos da formação e do exercício da profissão docente. (BRITO, 2010, p. 55).

A partir das narrativas de quatro participantes, temos como aporte para análise, os fundamentos da análise do discurso como recurso para ampliar o debate e trabalhar as narrativas. Assim, ao buscar fundamentos teóricos para o discurso e seu significado, temos Michel Foucault como referencial, para melhor pensar a questão. No campo legal e ético, para

uso das falas, quer da autora do trabalho, quer de nossos participantes, descrevemos que as mesmas foram acessadas por via de uso dos espaços virtuais de comunicação, neste caso em específico, o WhatsApp. Esclarecemos que a proposta está adequada ao projeto de Pesquisa "Masculinidades no Plural: imagens na perspectiva da Teoria Queer" e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o protocolo de número CAAE: 69787217.0.0000.5083. A demanda compõe parte dos desafios do Grupo de Pesquisa Educação no Cerrado e Cidadania (GPECC).

Para além da questão ética, consideramos que o tempo e as histórias podem ser entendidos como “um conjunto de acontecimentos que ocorreram um dia, mas continuam a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos” como bem sinaliza Fernandes (2012, p.21). Nesse caminho de entendimento, o procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos pronunciados sem, no entanto, procurar depreender as estruturas universais presentes em qualquer conhecimento ou qualquer ação moral é o que nos motivou e orientou.

Consideramos assim, o que está em pauta na análise foucaultiana dos discursos. Seria a articulação acerca do que pensamos, dizemos e fazemos, caracterizando determinado período, uma vez em que os acontecimentos discursivos são acontecimentos históricos. Quanto ao conceito de discurso, deve-se entender como não sendo nossa proposta, restringir e considerar somente aquilo que está presente nos recortes de fala, mas também, os discursos produzidos historicamente, que são rememorados, cheios de intencionalidade e estabelecidos como verdades naturalizadas e que estão em nós e nos outros nos forçando a um local da norma.

Quando buscamos contextualizar o tema com dados históricos como os autores que nos referenciam nos mostram, percebemos como a naturalização de um fato ou comportamento é fruto do discurso historicamente construído e naturalizado ao longo dos tempos. Portanto, este trabalho faz um movimento do conceito “ser-saber”. O saber, por sua vez, pode ser compreendido como aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada, como o percebido nas histórias de si que nossos participantes nos permitiram acessar.

Sobre isso, tem-se o conceito de práticas discursivas que também pode ser entendido, de acordo com Francisca e Machado (2016), como elo entre discurso (enunciações) e prática (práticas sociais dos sujeitos). Portanto, a pesquisa tem como referência os recortes de fala de participantes que vivem nesse lugar de não legitimação de

suas identidades. Por tal experiência, para sustentar tal discussão, buscou-se nas falas dos participantes, a dinâmica de seus espaços de referência e seus depoimentos vão nos ser úteis porque permeiam a discussão, como já sinalizado e exemplificado com a longa epígrafe inicial.

Ainda como recurso metodológico, adotamos como ferramenta, para acessar as falas dos participantes, perguntas semiestruturadas sugeridas por Marcuschi (2004) e Miskolci (2011), usando o espaço virtual como meio de acesso às falas. Os autores consideram as mídias digitais recurso de uso prático pluralista e de considerado potencial, mas reforçam ser recurso ainda pouco explorado em pesquisas de campo nas ciências humanas. Referente a modalidade de perguntas que adotamos em espaços virtuais, Mann e Stewart (2000) apontam quatro métodos possíveis de pesquisas: entrevistas estruturadas, entrevistas não padronizadas, técnicas de observação e coleta de dados pessoais.

Para alcançar as falas de nossa participante, adotamos as entrevistas não padronizadas e menos estruturadas. Elas nos permitiram fazer questionamentos em tempo real, por meio de chats de sites e acessar respostas, como os autores nos salientam. No caso em específico, usou-se conversas por WhatsApp, individualmente. Diante das falas dos participantes, como já sinalizado, tivemos como referência a análise do discurso, como norteia Fischer (2001) e Fernandes (2012) a partir das orientações dadas por Michel Foucault. Como direciona Fischer (2001), a busca foi por chegar à complexidade e a peculiaridade dos discursos, despreendendo-se do vício de aprendizado que gera olhar o discurso como conjuntos de signos e/ou significantes de determinados conteúdos.

O desafio é que não se renda a tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de reais intenções não logo visíveis. Seguindo essas orientações, desconsideramos que no interior do discurso, ou anteriores a ele, existam verdades intocadas, como Foucault (1999) esclarece. Isso porque nada há por trás do discurso. Para o autor, os sentidos estão nas superfícies, cabe-nos destacá-los e dar relevo ao que nos possa passar despercebido. A questão é que por estarem a mostra, são desprezados, e não ganham o lugar devido. Ainda, a análise do discurso nos desperta a essa percepção, valorização e sinaliza o caminho de análise dos recortes de fala de nossos participantes, ou seja, os discursos que se materializam nas práticas sociais dos sujeitos.

A escrita de si como cuidado de si e a escrito do outro.

Como volto para mim mesma? Como faço para me reencontrar? Quais mecanismos posso acionar para que o equilíbrio seja reestabelecido? O que posso oferecer para que a paz novamente me assegure em minhas decisões, em minha postura e na minha forma de sentir, ver e estar no mundo? Como posso eliminar o sentimento de culpa para desfrutar do colo de um Deus de absoluto amor que me respeita, me envolve e quer me ajudar a recomeçar? Quais inquietações têm me roubado de mim? Quais enfrentamentos têm me impedido de avançar e de contemplar o belo, o simples, o poético, o efêmero e o eterno? (Professor, sexo masculino, 31 anos)²

Aí estão já de início um conjunto de interrogações. Elas procedem da fala de uma participante, dentre os depoentes que tivemos acesso, ao desenvolver as pesquisas de campo. Em contato com essas falas, instiga-nos pensar na “cultura do cuidado de si” de que fala Foucault (2005, p. 50), que se trata de um “preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo”, o qual funciona como “um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes”, com suas inúmeras tecnologias discursivas (FOUCAULT, 2005, p. 50). Essa “cultura de si”, enquanto uma prática social atravessada por relações interindividuais, trocas, comunicações e instituições proporcionou “certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber”, pois,

“tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas”. (FOUCAULT, 2005, p. 50).

Em especial, o fragmento “*O que posso oferecer para que a paz novamente me assegure em minhas decisões, em minha postura e na minha forma de sentir, ver e estar no mundo?*” nos reporta à cultura de si, ao lado do silêncio e da dor com que a culpa e o ressentimento agem em nossa personalidade, privacidade, em cada um de nós. Isso porque, quando nos deparamos com as verdades escolares, sociais, normas, modelos, estereótipos e até mesmo com padrões estabelecidos para o corpo, para condutas e identidades, logo é comum haver uma busca por acatá-las, para tornarmo-nos aceitáveis em uma sociedade normativa como Nietzsche (2004) nos permite afirmar, mesmo que nos anulemos. Nesse sentido, a escola é uma grande força normatizadora de nosso tempo, de nossos corpos e de nossa forma de pensar e ser. Diante disso, estaria a dor, a culpa e o ressentimento não menos cravado numa experiência com a cultura de si?

²Todos os depoimentos que compõe este trabalho são decorrentes de pesquisa de campo realizadas entre janeiro 2020 a dezembro de 2021. São decorrentes de ações de um grupo de pesquisa, citado no corpo do texto. Integrantes das discussões que o grupo realiza ou não, envolvendo o tema. Os sujeitos participantes são todos estudantes de licenciatura nos dois cursos que a Universidade Federal Disponibiliza em seu campus na Cidade de Goiás.

Talvez aí esteja a chave para melhor entendimento do que estamos vivendo. Dias marcados por individualismo capazes de promover solidão como fuga às exigências normativas que somos submetidos. Assim, aqui, nosso desafio é pensar na possível conexão entre a individualização social, a culpa, o ressentimento, tomados como mecanismos de controle e discursos normatizadores, como permite considerar Nietzsche (2005); Foucault (2007). Nossa proposta é arrazoar a forma como tais questões desencadeiam conflitos emocionais e acarretam culpa como já bem delineado desde o início. Pressupomos que envoltos por uma sociedade normativa, sustentado em Nietzsche (2005), podemos considerar que vivemos por nos ajustar a ela ou nos ausentarmos, na fuga de cobranças, possíveis rejeições procedentes de nós mesmos e de quem nos circundam, efeitos que trazem, a saber, a culpa.

Falamos de ajustes quando nos comportamos em prol de uma adequação – verdades do outro, e que consideradas vezes são contrárias as nossas verdades. A verdade a qual nos referimos aqui tem sustentação nos estudos de Foucault (2003) e remete ao conjunto de procedimentos que permitem se pronunciar enunciados considerados verdadeiros. Tal definição nos serve de referência no entendimento de serem produzidas na forma verdades intencionalmente postas e para adequarmo-nos a elas sem qualquer possibilidade de escape ao poder que a ele é instituído.

Para Santos (2016), a verdade pode ser percebida, facilmente, nos discursos científicos, idealizados e intencionados a partir das instituições que o produzem e disseminam. Referimo-nos ao modo de operação em como a escola, a religião, a família, dentre outras instituições, atuam em forjar nossa subjetivação - subjetividade. Nesse sentido, Foucault (2003) apresenta a tragédia de Édipo como o primeiro testemunho grego, mostrando a história da verdade, verdade produzida pela história. Para o autor, há um desdobramento em busca dessa verdade e isso mostra-nos ser possível construir a história dessa verdade, tema que aprofundaremos logo adiante.

Postas historicamente, são essas verdades que nos fazem violar/violentar o nosso “ser”, o nosso “eu”, na busca pelo ajuste de nossa identidade e da legitimação da mesma, na tentativa de satisfazer o outro e, no ser aceito na sociedade. Nesse caminho, há a abertura de “feridas profundas”, até irreparáveis no nosso psicológico e comportamento, como a epígrafe inicial bem nos ilustrou. Na busca por superação, o conviver consigo requer saber lidar com a culpa e o ressentimento, citado por Nietzsche (2005). Talvez aí entendamos o porquê, cada vez mais, optamos pela individualização, reclusão, ou não envolvimento maior com a

sociedade. Então, qual será a lógica, a logística de poder que nos faz ir contra nós mesmos, colocando nossa felicidade em “xeque” para mantermos dentro dos padrões, como nossa participante coloca, em nosso recorte de fala inicial? Ainda, que padrões esperados são estes? De onde eles surgiram?

Deixando o aprofundamento de verdade para mais adiante, a partir de Foucault (2007; 2011), o desafio, nesse ponto, é construir o entendimento de discursos produzidos e cheios de dispositivos³ e verdades, construídos na sociedade ocidental, fortemente inserido na escola e com o propósito de alcançar o corpo e seu conhecimento e domínio, visando mais eficiente controle do mesmo. São discursos que obedecemos, raramente questionamos e normas que nos são impostas. Foucault (2007) vai denominar isso de estado de violência.

Vamos nos subjetivando a um lugar que nem sempre é onde queremos estar, nos tornando quase débeis ante a isso, reconhecendo que não conseguimos alcançar o esperado, como autor nos permite afirmar. Isso porque não é difícil encontrar, em várias partes de nossa existência, situações em que as respostas para nossos “porquês” são um *“porque é assim, sempre o foi e sempre será”*. É o que ouvimos de nossos pais, por pessoas próximas e as vezes, até por nós mesmos. Logo, ficamos tão condicionados a nos ligarmos ao passado, ao que está posto, que, se quer, ousamos contrariar tais verdades, mesmo quando nossa consciência nos rege para o entendimento de que aquilo não é uma verdade minha e nem precisa ser. Está aí a complexa docilização descrita. Efeito de tais condutas, a transgressão da regra é negada, sendo comum nos tolhermos das atitudes que almejamos. Daí por diante e o quanto damos conta, o que nos cabe é fazermos o que esperam de nós.

Diante do exposto, não é nosso intento, desmerecer ou alocarmos as regras sociais, como Nietzsche (2004) descreve, ou colocá-las em condição de desnecessária. Ao contrário, a reconhecemos como indispensáveis para um convívio social, com o mínimo de qualidade e de tolerância, como o próprio autor sinaliza. Prova disso é que procede daí leis jurídicas, valores históricos de moral, éticos na sociedade e os regulamentos escolares. Portanto, nos reservemos à importância das normas. Mas, não precisamos acatá-las sem questionamentos de valores, devido ao intenso processo de docilização social existente e de violência e de ressentimentos e de culpa, ao qual nos submetemos, quando acompanhadas de uma acomodação sem questionamentos. Foucault (2007) vai denominar isso de resistência.

³A partir de Foucault (1979), dispositivo refere-se à um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Refere-se ao dito e o não dito. Todos são elementos do dispositivo. Conhecido como a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Ainda, o dispositivo tem também função estratégica dominante.

Em relação à docilização e violência, segundo orienta o autor, devemos ponderar as marcas normativas em nossa subjetividade que vão sendo impressas e que a escola imprime com tanta eficiência. Assim, podemos questionar qual “preço” estamos dispostos a “pagar” ou quanta “dor” irão nos causar para acomodá-las no processo de docilização pela norma. Há aí um dilema: muitos de nós, senão a maioria, percebemo-nos como de nada sermos possuidores, destituídos do “bom”, vendo em nós mesmos deméritos de estima, alocando-nos em uma insaciável “fome” ou “falta” de algo inexplicável por parte de nossa existência, um vazio e, Foucault (2011) em seus estudos sobre a civilização Grega, nos adverte que o grego nem agia assim, nem mesmo para a morte, quando a aguardava.

Para Foucault (2011), os gregos viam a morte possível e uma espera a se estar felizes e plenos, isso para que ela não os surpreendesse. Nesse entendimento, Nietzsche (2005) vai mostrar a luta que travamos entre ser e estar bem. Há uma lógica de compreensão, nesse sentido, entre o bem e o mal, o estar feliz ou infeliz. Quando nos alocamos no lugar de mal, de ruim, nos sujeitamos ao lugar imaginário do que não é aceito. Quando o fazemos no lugar do bom ou aquilo que discursivamente está posto para se ocupar esse lugar, estamos dentro daquilo que se espera de nós. Para alcançar o “bom”, fugimos a nós mesmos e aniquilamos desejos, prazeres, satisfação e realização. Portanto, é por este viés que encontramos nos autores o respaldo a subsidiar o desvelamento desse agir citado. Falamos dessa imposição de regras de comportamento e do sentir culpa, quando não se alcança esse lugar bom. Quando consideramos o dizer de si do participante, tais questões sobressaltam nas linhas. Ele afirma que

Antes de me tornar o indivíduo inteiramente que sou hoje (se é que somos inteiramente nós mesmos), tive que esconder e quem sabe perder algumas características que me constituíram ao longo dessa trajetória, me refiro aos aspectos que vai do simples fato do modo de agir, à questões de estereótipos, vestimentas, opiniões e entre outros. Viver em uma cidade conservadora, que tem como princípios a tradição do patriarcado, uma cidade que tem sangue negro correndo nos chãos de pedras erguidas e colocadas por estes, é tornar a vida do/da jovem negra mais difícil, pois enquanto vivermos numa sociedade onde a cor da pele fala mais do que as características e valores que formar aquele indivíduo, não estaremos em pé pela busca da igualdade, ou melhor, a busca pela equidade. Entendendo isso, mostramos a população, que o negro está fardado a sofrer, e se você for um negro e gay será um alvo fácil nas mãos dos “poderosos” que controlam o sistema.

Quando crescemos e adquirimos conhecimento acerca da realidade que vivemos (quando se tem a oportunidade) temos a compreensão que somos apenas mais um número em meio aquela multidão de pessoas esquecidas e deixadas de lado. Me tornar quem sou hoje, é me fazer lembrar das

possibilidades que não tive, possibilidades essas que sei que possuía e que eram de direito, porém nunca foram oportunizadas para mim. É fazer vir à tona, aqueles inúmeros comentários pejorativos e ofensivos que presenciei durante o desenvolvimento. Comentários estes como: “de quem não serei ninguém na vida”, “de minha cor era suja”, “que meu cabelo era duro, ruim e feio”, “que preto tem que se conformar com o que lhe é dado”, “que gay/homossexual é coisa do diabo” ou “que o gay é uma doença”. Enfim, são tantas as ofensas que acredito que se não tivesse amigos e uma família que me apoiasse, talvez não estaria aqui agora escrevendo isso a quem estiver lendo, talvez não seria essa pessoa que sou hoje. Se sou forte é porque tive que enfrentar e superar vários obstáculos, não digo que é a vida que impõe peças para nos confrontar, mas é a ignorância humana com seus preconceitos e intolerâncias intelectuais que faz da nossa realidade injusta, antidemocrática, torando-a um caos (Participante 04).

As linhas ditas pelos participantes nos fazem indagar se é possivelmente sentirmos culpa por não atendermos nossa natureza de aceitabilidade, pela decepção conosco de não alcançarmos o comportamento esperado, de não termos acomodado em nós um conjunto de expectativas que estão no campo do outro, do imaginário ou do que se espera que alcancemos. Isso se faz entendido quando observamos a fala do participante, que nos permite percebermos os processos de objetivação, ao qual a todo tempo somos submetidos. Por ser assim, nas teorias que compõem a obra Genealogia da moral, de Nietzsche (2005), nossa busca é por amenizar a “dor”, na possibilidade de se viver em sociedade sem tanta culpa por não alcançar o que se espera de cada um de nós, como o participante bem sinaliza.

As linhas, o recorte de fala do participante nos permitem buscar, tentar contribuir para leituras mais amenas de mundo no nosso tempo, o entender de mecanismos como a depressão, a solidão crescente, o isolamento e, até mesmo o suicídio que nos alardeia. Para isso, pensar a culpa e o ressentimento pode nos ser demais por auxiliador e o recorte de fala do participante nos chama a esse lugar. Santos (2016) e Santos et al (2020), para além da simples constatação do tema, sinaliza a culpa e o ressentimento, como uma patologia de nosso tempo e que floresce quando nos sentimos fora da norma, como a fala do participante bem ilustra. Inclusive, o suicídio tem sido o caminho de muitos desses, como sinalizam os autores.

Nietzsche e Foucault: o desafio de refletir sobre o outro

Me tornar o que sou doeu porque nunca de fato, realmente parei escrever sobre o processo formativo, educacional, social e construtivo que eu, João Ferreira, filho de Dona Maria José Ferreira, um jovem preto, gay, vilaboense, de classe média baixa e periférico teve que passar para chegar onde está. Mas, de uma coisa eu sei, sei que essa jornada é resultado de um processo doloroso, aterrorizante, significativo, gratificante e acima de tudo intrigante já que estamos tratando da vida e o processo evolutivo de um ser humano.

Se eu pudesse, recuperar aquelas partes que foram deixadas para trás por falta da gentileza e do carinho humano, acredito que estaria poderia me sentir mais “completo”, digo isso porque as vezes me sinto incompleto, sinto que falta partes de mim, sinto que minhas singularidades estão sendo apagadas, na medida que o tempo passa e o mundo evolui. Caso eu não cuide de mim, sei que temos um sistema e um governo que busca dominar nossos corpos, controlar nossas ações, nossos sentimentos, o que pensamos, o que dizemos, ou seja, um sistema tão cruel em prol do domínio de nossas vidas.

Vivemos em espaço completo fragmentado, que nos torna fragmentado, exigindo que percamos ou deixemos partes de algo para trás, para adentrarmos a um determinado espaço e estar de pé de “igualmente” uns com os outros, pois ser ou estar por inteiro/completo é sinal de rebeldia e julgado como errado. Ser o que sou, doeu ou melhor continua a doer pelo simples fato de compreender que estou em uma sociedade e em num espaço de luta, que está constantemente buscando aniquilar certas particularidades, impedindo que eu possa estar por “completo”, ou sentir-me por inteiro (Participante 03).

A provação da fala de nosso participante, sustentado nas obras de Nietzsche (2005; 2004), somadas ao trabalho de Foucault (1982; 2007: 2011), nos auxiliam na leitura apurada de nossos tempos, de mecanismos de controle atuais e atuantes que tanto nos mantem refém, mediante os diferentes dispositivos sociais que estão postos e que a escrita do participante nos provoca, instiga e até inquieta. Portanto, justificamos que quando estes dois autores são aportes de uma leitura de mundo, o primeiro permite-nos boa percepção de nosso tempo, de entendimento do que este participante bem sinaliza, embora os escritos dos autores procedam do fim do século XIX e início do século XX. Referente à investigação de Nietzsche (2005), que gira acerca do questionamento sobre a moral, o social, o convívio e a letalidade de tal questão, nos parece ainda bem atual e nos referencia, quando olhamos toda a expressão que o participante nos suscita.

O recorte de fala inserido nos permite considerar as regras postas/impostas pela sociedade e sobre quais são construídos tais dispositivos. O mesmo nos auxilia no entendimento de como a normatividade nos aniquila, mata e nos confina ao espaço interno de nosso ser. Nisso, nesses processos é que observemos a internalização, o aceitar desse lugar do estranhamento próprio, de não reconhecimento e que acaba por decepcionar, deprime e tira o gosto pela vida. Podemos pressupor que tais movimentos estão nos fazendo fugir dos outros e até de nós mesmos para ser o que esperam de nós.

Numa aura de incertezas sobre nós mesmos e que o recorte nos permite elucubrar, Nietzsche (2005) nos envolve numa perspectiva de incertezas, reforçando tal demanda em perguntas sobre nossas crenças e limitações, enquanto homem biológico. São

domesticação/docilização e subalternização, termos bem usados, ou melhor, entendidos a partir de Foucault (2007). O pensamento foucaultiano vai nos chamar a refletir a naturalização que temos dado a questões procedentes do externo, como o recorte de fala bem nos mostra, principalmente dos ambientes escolares e familiares, como já citamos anteriormente.

Isso ocorre quando acomodamos um conjunto de verdades externas e passamos a reconhecê-las como nossas desde sempre. O recorte também nos permite observar isso. Há aí a naturalização de tais discursos, inclusive. Talvez esteja na questão a raiz da dor emocional da culpa, porque esquecemos que somos sujeitos culturais, que nossas subjetividades são frutos das objetivações que chegaram e chegam do externo, que nos molda ao longo de nossas vidas até nossos ossos e músculos, como sinaliza Fernandes (2012). Possivelmente, tal esclarecimento pode ajudar-nos melhor entender o que é objetivação.

Acrescentando, Nietzsche (2005) vai salientar que, historicamente o bicho homem perdeu toda sua essência, força de sobrevivência e potencialidade, ante aos discursos pré-estabelecidos pelos “poderosos”. Isso se deu na trajetória de formação da sociedade, principalmente no que diz respeito ao religioso/metafísico/sagrado. Somando, Foucault (2007), também desconstruiu os conceitos universais como o de “o homem” como centro de todas as coisas. Ainda, o autor vai nos sinalizar o quanto o religioso nos colocou e ainda coloca na condição de dominado, falamos aqui do poder pastoral citado por Foucault (2007)

Daí nos perguntamos, mas e nas diversas situações em que a igreja e o religioso, no nosso tempo, não mais tem poder de alcance? O autor vai nos dizer que quando a igreja/religioso perdeu seu poderio de controle e dominação, em relação aos sujeitos e seus corpos, foram sendo constituídos progressivamente o lugar e o poder da Ciência, Ciências Médicas, a Pedagogia, a Psicologia, a Biologia, todas agora centradas no controle de corpos e mentes. Dentro de uma força de controle normatizador. Portanto, consideremos a heteronormatividade⁴, uma das mais poderosas delas, que esquadrinha, enquadra, força o sujeito e seu corpo a um processo de docilização e ajuste.

⁴ Referente ao termo heteronormatividade, ele foi criado por Michael Warner, que o cita em seu trabalho intitulado *Fear of a queer planet* publicado em 1991. O autor se referia ao padrão de heterossexualidade que toma lugar de normal e único, sendo os demais, subalternos, clandestinos, ilegais ou anormais, ações que receberam considerado apoio da ciência. O termo derivada do grego *hetero*, diferente, e *norma*, esquadro, tendo raízes nos princípios de Gayle Rubin (1975), do sistema sexo/gênero, presente no trabalho intitulado *O tráfico de mulheres*. Tal dinâmica ajuda-nos entender a amplitude do termo. No nosso tempo, ele justificou-se e fortaleceu-se por via das instituições que legitimam e privilegiam todo um conjunto de condutas heterossexuais.

Vale observar que tais mecanismos e reconhecimentos foram naturalizados dentro da sociedade e Foucault (2007) nos despertou a recusar esse lugar rígido, porque ele enquadra e nos tira o direito de vivermos como obra de arte. Sua referência está nos estudos sobre a *polis* grega, bem descrita em sua obra *Hermetica dos Sujeitos* (FOUCAULT, 2011). Nesse caminho, é o aprofundamento desse viver como obra de arte e do conceito de verdade, o que nos sustenta em nossa discussão, como já sinalizamos, e que nos permitiu arrazoar sobre culpa e ressentimento.

Ao buscarmos uma adequação ao descrito do que seria a culpa, Nietzsche (2005) relaciona construção do bom e do mal e o relaciona à moral, como construção tipicamente humana. O conceito de juízo de “bom” e a mudança do sentido do mesmo, ao longo do tempo, nos é aqui consideravelmente útil, devido mostrar-nos que após esta reinvenção – rememoração do discurso como forma de revitalizá-lo (FOUCAULT 2011), o lugar do bem e do mal reapareceu atrelado, não aos valores em se fazer o bem, mas em uma perspectiva de valores que surgem nas práticas costumeiras das relações de poder. Inclusive naturalizá-las como inerentes ao homem foi algo facilmente alcançado, com considerada contribuição da escola. Inicialmente o “bom” relacionava-se a atitudes “não egoístas” e com o passar do tempo, o “bom” se tornou uma criação dos “detentores do saber”, que o projetavam nos hábitos e situações úteis para si. Logo, enquadrado ao poder e aos corpos que o detêm. Para o autor,

É evidente que esta teoria tira a sua origem do conceito “bom” num lugar onde não está: o juízo “bom” não emana daqueles a quem se prodigalizou a “bondade”. Foram os próprios “bons”, os homens distintos, os poderosos, os superiores que julgaram “boas” as suas ações; isto é, “de primeira ordem”, estabelecendo esta nomenclatura por oposição a tudo quanto era baixo, mesquinho, vulgar e vilão. Arrogavam-se da sua altura o direito de criar valores e determinativos: que lhes importava a utilidade!”. (NIETZSCHE, 2004, p. 3).

Pelo descrito, o “bom” procede de sentimentos corriqueiros que foram fomentados pelos detentores do saber e tido como *habitus* comuns. Também, pressupõe ser inerentes ao homem. Há aí uma moral pré-fabricada que surge como ferramenta de repressão aos impulsos dos subalternizados/docilizados, para evitar que a hierarquia posta, mude seu organograma e alimente comportamentos inadequados e pouco toleráveis pela sociedade. Foucault (1982) nos mostra a gravidade de tais questões, com riqueza de detalhes. Para o autor, na idade média e mesmo na sociedade moderna, os anormais eram e ainda são punidos.

Um ladrão de maçãs, um estuproador de crianças, um psicopata, um *serial killer*, um/uma homossexual, uma pessoa que tem prazer em mostrar-se nu em público, todos eram e

ainda são, salvo as devidas proporções, enquadrados e submetidos a exclusão do convívio social, por serem tidos como anormais. Em específico, a homossexualidade, até os fins do século XX, exatamente a 20 anos atrás, era denominada homossexualismo. Esse ismo no final da palavra é nomenclatura dada a patologias. As relações homoafetivas eram vistas como doenças, desajuste, fora do padrão. Daí nos perguntamos, para muitos ainda não o é?

Ainda, arrazoamos que já percorremos 21 anos desde o fim do século XX e o que nos cabe questionar: Mudamos muito? O que podemos dizer, sustentados em Foucault (2007) é que, historicamente, somente tornaram-se mais sofisticados os mecanismos de controle, e a dominação cedeu à forças ainda mais poderosas. Numa sociedade cientificista que coloca toda a sua crença e expectativa em uma Ciência salvadora e capaz de quase tudo, inclusive gerir a vida, transitou-se facilmente da repressão à dominação e ao controle, à docilização.

Nesse campo de entendimento, Ortega (1999) fala-nos da condição ao qual a sociedade do nosso tempo ajusta-se. Para o autor tem se optado por portar-se, mediante tamanha força para a normatização dos corpos e das ações, o fingir ser o que não se é. Ele reforça que na atualidade há preocupações na recuperação da aparência, uma centralidade no que está externo. Para ele, as sociabilidades sadias têm exigido possibilidades de fingimento e de distinção entre o que se aparenta, e o que se é. O efeito disso, seria a culpa, a depressão, o ressentimento, um aniquilar-se?

Podemos sinalizar, com certa margem de segurança, que temos visto uma busca pelo cumprir ao que está instituído, independente do lugar em que estejamos, para que nos contemplemos como inseridos. Trata-se de um contexto onde há papéis de homens dominadores e dominados, incluindo aí a moral previamente estabelecida pelos poderosos. Se Nietzsche (2005) salienta tal peculiaridade social comum ao século XIX, qual o tamanho de nossa surpresa ao nos depararmos, que mais de um século adiante, permanecemos escravos dessas verdades normatizadoras? A partir das considerações do autor, percebemos que ainda emerge das classes de poder, a facilidade de fingimento. Se o “bom” do autor se relacionava ao que se ligava ao lugar de superior, a nobreza, o que mudou no contexto social de nosso tempo? O autor salienta que,

Pelo que diz respeito ao “nosso” problema (problema “íntimo” pois a poucos me dirijo) importa observar que, através das palavras e raízes que significam “bom”, transparece a matriz principal pelo qual os “nobres” se tinham por homens de uma classe superior. Verdade é que, na maior parte dos casos, tomaram o nome da superioridade do seu poder (os “poderosos”, os “donos”, “os chefes”) ou dos sinais exteriores desta superioridade “os ricos”, “os possuidores” Sem dúvida, muitas vezes um “traço típico de caráter” determina o epíteto, e este é o caso que aqui nos interessa. (NIETZSCHE, 2004, p. 5).

Exatamente neste ponto que surgem, nas teorias do autor, os olhares dicotômicos e antagonicos, gerados por este contexto sobre a moral do escravo e a moral do senhor. Isso nos leva a entender os tipos de potências/forças adquiridas pelo homem, dependendo da moral a qual está subjugado. Por conseguinte, tal descrição nos permite validar as marcas deixadas/timbradas na existência de cada um de nós, nos mantendo numa vida de expiação. Diante de uma clara dicotomia, na outra ponta da sociedade temos os excluídos por si e pelos outros, entendidos como aqueles que não conseguem se ajustar.

Procede, por isso, de uma natureza ruim, o mal? Vale considerar que havia no contexto descrito por Nietzsche (2004) e perpetuou-se até nós, toda uma ciência que enquadra os anormais em dentro e fora da norma, o se e estar em um dos lados do bem e do mal, entre o justo e o injusto, o aceitável e o inaceitável. Não estar no lado bom significa sentir-se culpado. Logo, pressupomos que a culpa faz parte desse sujeito que ocupa esse outro lado do não reconhecimento.

Entendemos como pertinente esclarecer o que é a potencialidade supracitada. Consideremos que a felicidade corresponde ao crescimento da nossa potência. Corresponde a uma constante diferenciação de si mesmo. Isso torna desnecessário toda crença em um ideal ascético⁵ e Weber (2004) nos auxilia nesse entendimento. A saber, um modelo de perfeição que esmaga as diferenças. Consideremos ainda, o acorrentamento que as regras trazem para o instinto primordial do homem e da sua natureza. Aí que encontramos bases para entender a potência citada. Esse é o instinto natural de sobrevivência do homem e o que pode fazê-lo feliz e sem ressentimento. Talvez, baseado em Foucault (2011), seria o viver como obra de arte ou o inverso disso?

Em suma, pressupomos que é somente por meio da efetuação de sua própria natureza que o homem se torna capaz de criar novos valores e afastar-se para longe da culpa e do ressentimento. Assim, a potencialidade é aquilo que o homem deseja, acredita e busca na tentativa de se completar. Mas, a discussão aqui nos leva a entender que as mesmas são

⁵ Para Weber (2004, p. 373) o ideal ascético não é a castidade, como no monge, mas a eliminação de todo „prazer“ erótico, não a pobreza, mas a eliminação de todo prazer à base de rendas e da alegre ostentação feudal da riqueza, não a mortificação ascética do convento, mas o modo de viver desperto, racionalmente dominado, e a evitação de toda entrega à beleza do mundo ou à arte ou às impressões e sentimentos próprios, estas são a exigência, disciplina e método no modo de viver, o fim unívoco, o „homem de vocação, o representante típico, a objetivação e socialização racionais das relações sociais, a consequência específica, do ascetismo intramundano ocidental.

esfaceladas quando avaliamos as rígidas normas com as quais somos confrontados. Foucault (2007) denomina tais mecanismos e ajustes, de rotas de fuga. O seu não alcance e ajuste, denominamos de violência.

Santos (2016) e Santos et al (2019), ao se referirem a violência, pelo não ajuste as normas sociais de nosso tempo, mostra-nos que este é um lugar comum aos subalternos, ao grupo daqueles que por alguma razão não conseguiram se ajustar as normas, tiveram dificuldades de criarem as rotas de fuga discutidas por Foucault (2007). Por isso, acabam desistindo até de viver. O autor que nos adverte que todos têm o direito de vida e de morte. A partir dessa leitura que conseguimos entender que o desistir de viver, como efeito de culpa, não é algo tão distante e em nosso tempo vem fragilizando um contingente considerado na nossa sociedade. Santos et al (2019) vai nos mostrar que vivemos em uma sociedade muito mais preconceituosa que a de outrora. Para os autores, o nosso tempo é marcado por uma intolerância que ultrapassa aquilo que julgamos arcaico, quando comparado com a inquisição da Idade Média.

Possivelmente, seja mediante ao lugar social do aceitável, do bom e moralmente adequado, que o “anormal, não aceito, subalterno” seja evidenciado. Em Nietzsche (2004), encontramos entendimento da questão. Na gênese desse debate, para nos fazer entender, o autor cita dois tipos de moral: a do senhor/nobres e a do escravo/plebeu. Na moral do senhor, a sua força dominante é ativa, pois este consegue desenvolver o fortalecimento de sua potencialidade e por fim sua felicidade e, exatamente por não “sofrer”. Este, uma vez na norma, se mantém em posição de dominante e senhor dos fracos. Inclusive, criador das regras e das verdades que a ele, como senhor, é fácil de cumprir, mas difícil a quem está na condição de servil.

A questão é que o senhor tem força ativa, e consegue ser feliz. Sua posição lhe permite modificar a realidade e crescer em sua potência, maquiagem suas perversidades, viver duas identidades, uma pública e uma privada. Inclusive, seu “bom” se potencializa pelo poder que detém nas mãos e pelas verdades que pode produzir e impor. Em se tratando da força do escravo, esta é passiva ou reativa, pois a este somente resta se moldar às normas imposta pelo senhor e pelo poder que emana deste. Cabe a ele aceitar passivamente sua condição, as verdades do outro e um único lugar de reação: a luta por adaptar-se, se adequar, ainda que a “duras penas”, mesmo que isso lhe contradiga. Estão aí as rotas de fuga de Foucault (2006) e ficam fáceis de serem entendidas. Se não for assim, tem punição e consequências pela

desobediência. Acaso não é assim que aprendemos nas nossas relações com pais, professores, cônjuges e patrões?

Pensemos que foi sobre essa égide de dor, culpa e punição que o cristianismo nos impôs o fardo de ser honesto, obediente, eticamente moral, de ser padrão e referência. Weber (2004) vai nos subsidiar supor que foi assim que as coisas ocorreram e, ainda, ocorrem. Pois então, mesmo que lhe custe à vida, no caso do escravo, ou a sua saúde mental, cumprir ao que se espera de nós é menos doloroso que ser cobrado, chacoteado, punido, marginalizado e colocado no lugar de subalternia. É a partir dessas considerações que buscamos alargar o conceito de culpa e má consciência, para buscarmos rotas de fugas possíveis, antes de desistirmos da vida e nos enquadrarmos ao local da violência sustentada em Foucault (2007).

Assim, ao discorrer sobre a culpa e a má consciência, Nietzsche (2005) fundamenta que estas são insurgências da capacidade de prometer do homem, de dar sua palavra, e que este posicionamento/fato o coloca em posição de dívida, que gera por sua vez a relação credor/devedor. Esta análise é importante ao nosso tempo por nos permitir considerar as relações conjugais, as que são estabelecidas com o patrão e outras de menor comprometimento, mas que os mecanismos de funcionalidade passam pelo mesmo conceito ético – moral. Aqui temos que a posição de credor confere a ele o direito a subjugar, punir, maltratar e de diminuir. Assim, encontramos a culpa sendo usada para amenizar conflitos na sociedade, mesmo que cumpra-la requeira ajuste para além do querer, do dispor, da condição de cumprimento do outro.

Quando avaliamos tais questões, percebemos as bases de nossa sociedade no promover da manutenção das regras aceitas. É ação reguladora do comportamento humano para melhor aceitação social. Nietzsche (2005) afirma que em se tratando do direito conferido ao credor de punição, esta é assegurada também pela construção social do direito de cobrar, do punir e (des)classificar. Na posição de devedor/escravo, o sujeito para quitação de sua “dívida” ou reparação do seu dano, precisa/pode sofrer punição/castigo pelo seu credor/senhor.

Portanto, o que está posto é que o homem justo deverá quitar sua dívida e, assim se livra de sua culpa, mas ele pode e tem capital para isso?! Tal qual calcada em uma fundamentação financeira/econômica, se o sujeito não possui saldo para liquidar seu débito, pagará e nem que para isso seja humilhado ou quite a dívida com a vida. O autor nos mostra em suas considerações, que o castigo é a ferramenta para controle/domesticação do bicho homem e que esta íntima relação entre o degenerado, o culpado e o castigo, tudo isso não é

fato novo. Arrazoemos que durante a construção social do mundo, segundo o próprio autor corrobora, o castigo sempre esteve presente, sendo ele executado das mais variadas ordens e formas, podendo o credor até mesmo tirar a vida do devedor. Assim servirá de exemplo aos demais, no não transgredir a norma.

Acaso, não foi assim a escravatura no Brasil e na América? Passada a escravatura, libertou-se o negro de uma condição, mas não se libertou o outro da obrigação de atender minhas expectativas. Santos et al (2018) descrevem que no início dessas questões, em épocas remotas, o castigo era o atrativo das festas. Nietzsche (2004) mostra que aí foram desenvolvidas as mais sórdidas modalidades como o apedrejamento, a roda, o empalhamento, o esfolamento e o dilaceramento. Nesse sentido, por meio da punição, o devedor participa do direito dos senhores, experimenta ele mesmo a sensação exaltada de poder, no desprezar e maltratar alguém e tido por ele como inferior. No caso em que o poder da execução da pena já passou à autoridade, ele pode vê-lo desprezado e ainda maltratar. A compensação consiste em um convite e um direito à crueldade (NIETZSCHE 2005).

O homem, sobre a moral do escravo, ao precisar refrear seus impulsos, tentando não transgredir as normas, agiu tomado pela culpa. Ainda que a ação não perfilasse com seu comportamento e acabasse se ressentindo e desestabilizando-se. Então, entra nesse jogo o apagar da memória como aliada para sobrevivência, como o autor bem sinaliza. Mas, o homem com a moral do escravo não consegue usar este artifício do esquecimento a seu favor. Consequência disso é que na moral escrava, a “dor” que se sofre é imensurável, pois é preciso violar seu próprio eu, é preciso de algo que está para além do seu ser para formar sua identidade. Tudo por exigência da norma que o legitima.

Da moral escrava por sua vez, deriva o ressentimento. E a pergunta que nos cabe tanto tempo após os escritos de Nietzsche (2005) é: apagamos nossas dores de nossas memórias? Acaso não nos é comum associarmos a dor como punição por termos errado? Não há aí a construção de uma dor pelo acréscimo da culpa? Estes são questionamentos em que uma pergunta responde a outra. Enquanto isso, na moral do senhor o que lhe é cobrado já faz parte da sua identidade, pois as normas foram criadas por ele e seus pares. Outra pergunta: acaso quem são os senhores nas relações? Arrazoemos que os saberes de quem tem o poder é o que lhes dão a sensação plena de satisfação, não sendo preciso apagar nada de sua memória. Nisso, entendamos que,

Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante sim a si mesma, já, de início a moral escrava diz não a um “fora”, um “outro”, um “não-eu” e este não é seu ato

criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores – este necessário dirigir-se para fora – é algo próprio do ressentimento [...]. (NIETZSCHE, 2004, p. 26).

Nesta linha de pensamento, quando o escravo não usa seu esquecimento, a memória aparece como uma força repelente a qualquer comportamento que lhe remeta a algo ruim novamente, a dor novamente. E, se a transgressão se fizer existir, a culpa estará aí com seu peso destrutivo dobrado, forçando-o ao ajuste da norma novamente. Entendamos que são os valores dos “bons” comportamentos que culpa o sujeito. Ocorre aí o castigo até de si sobre si com a culpa por não alcançar o que se espera. Consideremos que a busca é pela caminhada dolorosa a esse lugar. Com isso a ação e seu efeito é mais ampla e longeva. Assim vamos levando nossa existência, na busca de não repetir erros e evitar punições, no foco pelo sobreviver e o adequar ao grupo (NIETZSCHE, 2004).

Se os valores, tidos como bons, não tivessem sido criados para subjugar o outro e sim, para que as lembranças usassem o erro para depois poder transformar sua vida, a memória seria usada para favorecer suas potencialidades quase sempre. Mas, neste contexto da moral escrava, o esquecimento seria o melhor remédio, pois deixaria de causar ressentimentos e não inviabilizaria a força de potência usada em prol de benefícios próprios. O desafio é o não tolhimento e estagnação do crescimento pessoal. Com isso, falar do adoecimento do homem torna-se algo de fácil compreensão. A respeito disto trazemos trechos que nos dão direcionamento, afirmando que naquele contexto de início do século XX,

Os instintos sob a enorme força repressiva, “volvem para dentro”, a isto se chama “interiorização do homem” assim se desenvolve o que mais tarde se há de chamar “alma”. Aquele pequeno mundo interior vai-se desenvolvendo e ampliando à medida que a exteriorização do homem acha obstáculos. As formidáveis barreiras que a organização social construía para se defender contra os antigos instintos de liberdade, e, em primeiro lugar, a barreira do castigo, conseguiram que todos os instintos do homem selvagem [...] se voltassem “contra o homem interior”. A ira, a crueldade, a necessidade de perseguir, tudo isto se dirigia contra o possuidor de tais instintos; eis a origem da “má consciência”. (NIETZSCHE, 2005. p. 51).

O autor nos permite perceber que o homem, mesmo sem resistência e inimigos exteriores, se perseguia, se destroçava, se amedrontava, sem, necessariamente, precisar da influência externa porque já está na memória os conceitos de ajuste e lugar a se aceitação. Como animal que se quer domesticar. Seríamos como animal que se fere na própria jaula, porque sabemos o preço do não ajuste. O autor se refere ao,

Ser a quem as privações fazem enlanguescer na nostalgia do deserto e que fatalmente deveria achar em si mesmo um campo de aventuras, um jardim de suplícios, uma região perigosa e incerta; este louco está cativo, de aspirações impossíveis, teve de inventar a “má consciência”. Então veio ao mundo a maior e mais perigosa de todas as doenças, o homem “doente de si mesmo”; foi

consequência de um divórcio violento com o passado animal, de um salto para novas situações, para novas condições de existência, de uma declaração de guerra contra os antigos instintos que antes constituíam a sua força e o seu temível caráter. Acrescente-se que o fato de entrar uma alma animal dentro de si mesma, deu ao mundo um elemento tão novo [...] que o aspecto do mundo mudou realmente. [...] como se o homem não fosse um fim, mas apenas uma *étape*, um incidente, uma transição, uma promessa. (NIETZSCHE, 2005. p. 52).

Consideremos que a memória, para o autor, é como aparato biológico do nosso corpo e utilizada para garantir nossa sobrevivência desde os primórdios. Paralelo à diferenciação histórica que sofreu a valoração do “bom”, a mesma, também mudou a valoração dada à memória. Se antes, historicamente, ter memória era primordial e bom para a sobrevivência, porque garantia que se enfatizasse os impulsos “bons” para nós mesmos, com a inversão de valores do que é “bom”, as regras do “bom” passou a cumprir papel de impelir esses impulsos animais e que dá lugar o mal.

A memória aqui se caracteriza como extremamente desnecessária, embora a reconhecamos como ferramenta da qual não saberíamos viver sem. A questão é que esses instintos refreados pela memória então, voltam-se para dentro e formam uma má consciência. E, o homem se vendo nesse mundo novo, onde seus instintos de nada valem e sim já está tudo pronto. Cabe a ele se torna um animal diminuído e subalternizado. Daí fica-nos a indagação se não é isso que nos consome em culpa e ressentimentos em nossa existência. À guisa de discussão:

Por que meu sofrimento não acaba? Por que não posso ser quem realmente eu sou? Desde quando me entendo por gente sinto-me diferente dos demais e sempre vi que me olhavam, e ainda olham, com diferença e indiferença. Lembro-me que aos poucos fui percebendo que eu não sentia vontade de fazer as coisas que os meninos da minha idade faziam, sempre preferi ficar junto com minha mãe. Até que um dia me chamaram de “mulherzinha” e eu sequer sabia o que isso significava. Aos poucos fui percebendo que ser “mulherzinha” era algo considerado errado e/ou ruim. O que antes não me afetava, passou a me machucar. Quantas vezes entrei dentro do banheiro e chorei, chorei muito, não queria ser assim, queria ser igual aos outros, para que me aceitassem, para que eu pudesse ser apenas mais um no meio deles e não ser rejeitado (participante 02).

É o participante quem diz que sofre, quem diz que não pode ser quem ele é, quem lembra e esquece, quem deseja e recusa; mas são em torno das relações que o cercam, constituída de pessoas, sob os quais o trata com indiferença, o machuca e o trata sob o apelido de “mulherzinha”. Ao emergir o discurso do participante desta pesquisa, quem nos ofereceu esse relato, não podemos perder de vista as micro relações de poder, citadas por Foucault (2007) que atravessam essa prática.

Procedem, consideravelmente, das objetivações as quais somos, a todo tempo submetidos, aos olhos do outro e do que este pensa e espera de nós; e das subjetivações que atuam nos processos de construção do sujeitos, os tornando, como efeito, únicos e singulares. Para Santos (2016), mesmo diante destas práticas discursivas que nos cercam e nos oprimem, o refúgio e a resistência nessa rede de poder advém da ética enquanto prática de constituição de si como sujeito para si mesmo, sujeito de seus próprios atos e decorrentes do efeito dos discursos que chegam a cada um.

O recorte, como uma interrogação, sugere-nos o emergir desta prática discursiva em torno da ética, quando o nosso participante, quando indaga: “*Por que não posso ser quem realmente eu sou?*”, e vem nos mostrar o quanto os processos de objetivação nos colocam um lugar de culpa daquilo que nem nós mesmos entendemos a procedência. Trata-se de um ressentimento do qual não temos consciência, mas nos atravessa e constitui nossas subjetividades.

Quando o mesmo afirma que “*Desde quando me entendo por gente sinto-me diferente dos demais e sempre vi que me olhavam, e ainda olham, com diferença e indiferença*”, percebe-se a relação servo e senhor de Nietzsche (2004), transferida para os que estão dentro e os que estão fora da norma. Uma ética de verdade engolida, engasgada, um saber de si para si centralizada nessa vontade de verdade que o outro impõe e o aloca dentro do local de subalterno. Eis uma vontade de verdade que é imposta ao sujeito, fazendo com que suas verdades pessoais não sejam autorizadas a terem autoridade e a verdade dos outros, aceitas incondicionalmente.

Em um outro ponto, em novo recorte da fala o participante afirma “*Aos poucos fui percebendo que ser “mulherzinha” era algo considerado errado e/ou ruim. O que antes não me afetava, passou a me machucar. Quantas vezes entrei dentro do banheiro e chorei, chorei muito, não queria ser assim*”. Logo, surge a necessidade de melhor definir, a partir de Foucault (1995), o conceito de objetivação. O autor afirma serem processos constitutivos dos sujeitos e que impute em cada um conceito e preconceito, até consigo mesmo. Assim, quanto à objetivação, trata-se de um descritivo de sujeito, a partir do referencial dado por quem vê e observa. Tais afirmativas mostram como os processos de objetivação são subjetivadores e capazes de gerar culpa e ressentimento de si sobre si.

A fala da participante, inicialmente inserida, traz isso em seu discurso na forma como essas verdades nos atravessam. E, dentro dessas verdades, são as características femininas a serem ressaltadas que colocam o participante da pesquisa na posição de sujeito

constituído e ancorado em posições inferiores e de desigualdades nas relações de força hetero homo, feminino e masculinos, normal e anormal. Ser comparado à uma mulher e, no diminutivo, e o imputa-lhe menor energia, menos força, menos potência em suas verdades.

Dessa maneira, consideramos valoroso melhor entender o que compreendemos como verdades. Para Foucault (2011), o termo e sua aplicabilidade estão intimamente ligadas ao conceito de Parresia, do grego *parrhêsia*, encontrado na literatura de Eurípedes, cujo significado é coragem de dizer a verdade, falar livremente e dizer tudo. Após os gregos, o termo ganhou diversos sentidos no decorrer da história. Para Ortega (1999), o conceito pode ser percebido como virtude, habilidade, obrigação e técnica, em que o objetivo é distinguir o indivíduo. No que tange a parresia, Foucault (2011) sugere as seguintes observações,

[...] parece que podemos ver também, a partir dessa questão da parresía se esboçar a questão, fundamental também na antiguidade, das relações entre, grosso modo, verdade e coragem, ou entre verdade e ética. Quem é capaz de fazer um discurso verdadeiro? Como se pode distinguir o discurso verdadeiro do discurso lisonjeiro? E qual deve ser do ponto de vista ético, do ponto de vista de uma coragem, aquele que empreende a separação entre o verdadeiro e o falso? Quem é capaz de ter a coragem da verdade? E qual é a educação necessária? Problema técnico: qual vai ser, por conseguinte, na educação, o ponto no qual deve se pôr ênfase? (p. 277).

Para o autor, entre os gregos a parresia era reforçada como necessidade de se dizer a verdade sobre si mesmo e princípio presente no “conheça a ti mesmo” socrático. Quanto a sua aplicabilidade, sabe-se que para se dizer a verdade, existiam algumas práticas chegaram até nós. Santos (2016) reconhece aí a confissão, o voto, o exame de consciência, dentre outros. Referenciando, Foucault (2011) cita os textos de Sêneca, Plutarco. Neles, percebe-se que a importância estava no dizer a verdade sobre si mesmo, havendo o sentido político e moral para o termo. Arrazoamos que a objetivação seria a verdade do outro causando culpa naquele que é confrontado por essa verdade, ou mesmo legitimação.

Assim, nesse ponto dos esclarecimentos sobre o que é verdade, vale considerar se ela não procede dessas dinâmicas do humano e da moral que o envolve. Assim, como o não falar a verdade, haja vista que o dizer a verdade está fora dessa ética normativa esperada. Daí o surgimento ou o afloramento da culpa e do ressentimento. daquele que é objetivado, massacrado pela verdade daquele que se sente na razão e na norma, julgando o outro como anormal, ou como o mal. Seria o efeito dessa verdade dita ao outro?! O recorte de fala que segue nos descreve um pouco do efeito dessa objetivação que estamos descrevendo.

Quantas vezes, a partir dos 12 anos, tive que mentir que estava gostando de uma menina, ou que achava elas muito interessantes... Eu não sentia nada disso, e meus amigos, meus poucos amigos sabiam que eu não sentia, mas sempre me testavam, ou faziam perguntas relacionadas a isso, só para verem qual seria minha reação, e isso cada vez doía mais. (participante 04).

Aí está o distanciamento descrito por Ortega (1999), entre o eu e o que esperam de mim. O fragmento “*Eu não sentia nada disso, e meus amigos, meus poucos amigos sabiam que eu não sentia, mas sempre me testavam, ou faziam perguntas relacionadas a isso*” mostra-nos o distanciamento que fazemos de nós mesmos, ante à normatização imposta. Isso nos traz um total afastamento do que nos é ensinado da *polis* grega. Lá era direito do cidadão falar suas verdades. Aqui, as verdades são silenciadas, invisibilizadas, negadas! O sentido moral estava no campo das relações pessoais, do “cuidado de si”, principalmente na filosofia platônico-aristotélica. Lá, existia a moral social a ser seguida e presava-se o cuidado de si e o falar a verdade de si.

Nossos participantes, não podemos negar, são parresiastas romperem o silêncio e invisibilidade. Foucault (2011) nos define parresia como a ética de dizer a verdade numa ação livre e perigosa. Assim, é possível pensar no direito do participante ao falar de si, de sua culpa e suas dores, de dizer a sua verdade, mesmo que haja o risco de machucar o outro, de provocar a ira e de suscitar a mais extrema violência. Mas, pela norma e o preço de estar fora dela, ele não o fez, ao invés disso, culpa-se e ressent-se. Eis aí o perigo ao qual o autor se refere. Foucault (2007) mostra-nos que é direito de cada um não aceitar, o sujeitar-se a verdades prontas. Afirmamos isso devido o autor citar também que a verdade traz consigo o risco da violência. Logo, através das definições dadas, também é possível a parresia ser entendida como prática ligada ao “conhecer-se a si mesmo”. Ainda,

Parrhesia é um tipo de atividade verbal na qual aquele que fala tem uma relação específica com a verdade através da franqueza, uma certa relação com sua própria vida através do perigo, uma reta relação com ele mesmo e outras pessoas através da crítica (...), e uma relação específica com a lei moral através da liberdade e do dever. Mais precisamente, *parrhesia* é uma atividade verbal na qual aquele que fala expressa sua relação pessoal com a verdade, e arrisca sua própria vida pois ele reconhece dizer-a-verdade como um dever para melhorar ou ajudar outras pessoas (e a si mesmo). Na *parrhesia*, aquele que diz, usa sua liberdade e escolhe a franqueza ao invés da persuasão, verdade ao invés da falsidade ou silêncio, o risco da morte ao invés da vida e da segurança, crítica ao invés da bajulação, e dever moral ao invés do interesse próprio e apatia moral. (FOUCAULT, 2011, p.5).

O autor observa as estruturas que sustentam os discursos denominados de verdadeiros, em que é preciso analisar as condições de como o sujeito representa para si e para os outros a condição de possuidor ou locutor da verdade. Tal explicação nos faz melhor

entender a força do falar do outro sobre o processo de objetivação e a mesma força subjetivadora ao qual somos submetidos. Sendo assim, pelo descrito até aqui, já é possível localizar os sujeitos da culpa e do ressentimento. Assim, como a forma como tais mecanismos atuam em cada um. É o fruto do conviver com esse sentimento de inadequação que a norma torna-nos perseguidos pela sentimento ruim de não alcançar o que se espera, de ocupar o lugar do mal citado por Nietzische (2005). O recorte a seguir nos sinaliza isso.

Quando criança ainda, já pedi a Deus muitas vezes para me libertar desse “sentimento” que eu agia dentro de mim. Eu só queria ser “normal”. E assim eu cresci, sem poder andar com o corpo mais mole (rebolando), sem usar as roupas que eu gostava, sem poder ficar conversando somente com as meninas, sendo obrigado a correr atrás de uma bola no meio da rua e a fingir que eu sentia os mesmos calores que os outros meninos sentiam quando passava alguma garota. (participante 02).

O recorte mostra-nos o clássico questionamentos sobre si, no comum do falar das verdades do outro que nos alcança, mesmo não sendo nossa. Diante da força pela adequação, o participante descreve-se como “*sendo obrigado a correr atrás de uma bola no meio da rua*” e “*fingir que eu sentia [...]o que os outros meninos sentiam quando passava alguma garota*”. O fragmento suscita-nos uma rede de sentidos que estabelece diferenças nas construções de subjetividades. Ainda, vale considerar que muito do que é cobrado e esperado de nós, não está no campo da Parresia, localiza-se no espaço da retórica, tema que falaremos adiante. Uma é a minha verdade, a outra a verdade que quero que aceitem e que não precise ser obrigatoriamente acatada por mim. Daí o dito popular: “faça o que mando, mas, não faça o que faço”.

Ao retomarmos as discussões sobre verdade, Foucault (2011) chama a atenção para a capacidade de discernir o verdadeiro do falso, o justo do injusto e o questionamento dos valores e das crenças. Isso nos auxilia melhor entender o bem e o mau de Nietzische (2005). Na Grécia antiga, por exemplo, a parresia era um direito político do cidadão, embora não fosse direito de todos. Santos (2016) descreve que os não cidadãos, que pode ser entendido como escravos, não podiam ser parresiastas. Assim, ela equivale ao direito de liberdade de expressão e ninguém menos que Platão foi quem transcendeu conceitualmente o político e atribuiu caráter moral ao ato de se falar a verdade. Diria então ser a parresia uma maneira correta de agir, *ethos* individual para além de somente o dizer verdadeiro, o agir verdadeiro.

Por ser assim, questionamos se o esforço a ser dispensado na culpa e no ressentimento, não seria útil para auxiliar e respaldar falas verdadeiras e condizente como o

que os sujeitos entendem de si. Mas não basta, porque a culpa está no campo do pessoal, na forma como aprendemos o ético e o errado, o sagrado e o profano, o bem e mal de Nietzsche (2005) já instalado em nossa memória indelével. O recorte a seguir vem de encontro com essa indagação do pessoal, do eu para comigo.

Senti estar em dívida com Deus e, conseqüentemente, com os meus pares devido atitudes e pensamentos que me dizem não conseguir corresponder a um padrão hegemônico esperado de mim. Isso acarreta profundas e perturbadoras frustrações. E diante de meus limites e fragilidades que percebo que o paraíso, o céu e o inferno realmente existem e se manifestam dentro de nós. Nessas horas meus pensamentos ganham um poder esmagador sobre mim mesmo e passo a medir Deus, através de meu olhar restrito e humano, condenando a mim mesmo. (participante 04).

Seriam verdades ditas e coerentes? O recorte “*não conseguir corresponder a um padrão hegemônico esperado de mim*” nos permite suscitar a pergunta e a resposta. No conceito de Foucault (2011) a parresia teria um perfil moral, se diferenciando da retórica, e até mesmo do religioso. A retórica tem peso sobre o outro e traz culpa e ressentimento. O autor afirma que o ocorrido na Grécia foi que a parresia deixou de ser direito político do cidadão e começou a evidenciar o seu caráter moral, o discurso livre, desvencilhado e verdadeiro, passando assim para uma ética, uma regra de conduta pessoal, um dizer a verdade sem mascará-la e dizê-la completamente.

Seria um dizer tudo verdadeiramente. Mas, como fazê-lo no nosso tempo, diante do medo de não ser aceito? A culpa, como sentimento de que se está errado, se é errado, agrava-se, exatamente por esse medo da não aceitação do outro, que acaba por gerar um não aceitar e saber lidar consigo mesmo quando nos sentimos culpados. O recorte que segue nos serve de referência, quando o participante diz,

O peso da culpa me faz querer esconder meu olhar do outro. Coloca-me numa posição de indignidade e traz sobre mim o peso da rejeição do outro. Uma rejeição que acorrenta, tira-me a alegria, a paz, o brilho, a energia criativa e me faz sentir o peso da solidão. Trata-se de um estado de alma estabelecido por mim mesma, ao não conseguir me distanciar do processo de dor, para poder realmente analisar, conscientemente, as relações que sustentam esse discurso que causa dor. Eu me perco de mim, não me encontro no outro e fico totalmente desnorteada para reagir e ter um olhar diferente para minha subjetividade. Um melhor olhar de mim sobre mim. (participante 02).

Ao afirmar “*Eu me perco de mim, não me encontro no outro e fico totalmente desnorteada para reagir e ter um olhar diferente para minha subjetividade*”, podemos dizer que estamos diante do efeito da culpa sobre quem a sente. O efeito do ressentimento que tal

quadro traz e o desencadear de desequilíbrio, perda do controle de si e do cuidado de si que se evidencia. Possivelmente, o desafio é restabelecer esse olhar para si, na perspectiva de que rompa com esse sentimento de se estar errado por não se atender ao esperado, à norma. Dentro da verdade de cada um, da subjetividade comum a nós, a questão é o quanto os discursos e as verdades são autorizados a serem autoridades e como eles nos cercam e são ajustadas a um conjunto de expectativas subjetividades esperadas.

Nesse caminho, Foucault (2011) articula a verdade ao poder, ao conhecimento e à constituição de sujeitos. Para ele a verdade é todo discurso que estabelece um modo de ser e um modo de agir no mundo. A verdade, portanto, não está desvinculada da vontade, do poder e das suas condições de emergência. Entretanto, quero pensar que, no nosso tempo, é possível uma verdade que seja passível ser autorizada como autoridade e, com isso, instrumento de emancipação.

Santos (2016) vai nos referendar uma emancipação que viabilize o tomar as rédeas de si na construção da verdade e constituição que cada um consiga alcançar. Isso evidencia nosso desafio cotidiano, que é a desconstrução de falsas verdades naturalizadas. Eis aí a retórica, discursos que são estabelecidos como verdade e a inquietude que o mesmo traz a cada um de nós nos processos de objetivação. A verdade do outro que chega a mim e as minhas verdades, a guerra dessas verdades dentro de cada um de nós. A participante, nesse campo de sentimento, ressentimentos e culpa, nos deixa rastros dessas considerações em sua fala:

Maldita escolha! Uma opção exclui a outra, uma opção interrompe a outra história, que é uma vida, uma vida que, bem ou mal, com todos os seus percalços teve momentos lindos, sofrimentos, alegrias, perdas, conquistas, sonhos vividos junto... e quando isso significa deixar uma pessoa que te cuida, que sempre te cuidou, que sempre fez tudo por você, mas pela qual você não sente mais paixão, desejo, (amor? talvez...), por outra pessoa, que volta depois de tantos anos e faz você se sentir novamente “viva”, bonita, capaz de se sentir amada e capaz de amar como se fosse uma adolescente (participante 03).

Não há como negar o outro! Sempre existe o outro e, nesse sentido, a objetivação do outro. O antagonismo entre o justo, o moral, o ético e o desejo, que parece irracional, as vezes. Diante dessa dicotomia, criamos o que podemos dizer, como podemos ser, sem assumir nossas contradições, daí assumimos um discurso de retórica. De forma esclarecedora, a mesma é técnica de dizer as coisas em um jogo, um agir estratégico e onde há vencedores e perdedores. Permite ao que diz, dizer qualquer coisa, mesmo que quem diz não acredite.

Também, nesse modo de fala não existe vínculo entre quem diz e o que ele diz. É ação de dizer o oposto do que se pensa e sente. Ou seja, é fala com objetivo de convencer a quem ouve mas, havendo uma relação fraca com o que se diz. Então, nessa breve noção histórica de cuidado de si - *epiméleia heautô, cura sui*, auxiliado por Foucault (2011), ao usar algumas práticas reflexivas de liberdade dos gregos, é importante entender o cultivo de um estilo de liberdade comprometido na elaboração de uma vida própria, de forma a ser como uma obra de arte pessoal. Diferente disso, é amargurar-se. A questão é que pela ética moral social, atribui-se a culpa a si através do outro. Nesse sentido, o recorte vai nos localizar.

Imagem meu sentimento, me sentia profundamente culpada por causar um sofrimento imensurável aos demais; pois havia violado os bons costumes, o nome da minha família. A mim então restou apenas me apegar. Me sentia pior que todas as meninas da minha idade, mesmo as pessoas que me cercavam como colegas da escola e suas famílias não me tratassem assim, as marcas e o julgamento era todo meu (Participante 03).

Consideremos que entre a retórica e a parresia há uma considerada distância, e avaliemos que fugimos de falar nossas verdades porque tememos ser ainda pior que já nos sentimos. No fragmento “*Imagem meu sentimento, me sentia profundamente culpada por causar um sofrimento imensurável aos demais; pois havia violado os bons costumes, o nome da minha família*” o que ele nos diz se não a culpa e o outro que nem sempre tem a ver com isso. Há aí os valores morais com os quais somos vinculados culturalmente. O recorte a seguir nos dá mais pistas sobre isso.

As marcas e o julgamento era todo meu. Durante a maior parte da minha gravidez não me permitia publicamente acolher ou mostrar afeto pela minha criança dentro de casa; passava a mão na minha barriga e conversava com ela escondido, pois como poderia ser feliz se era motivo de desmoralização e tristeza de tantos. Lembro-me que nos primeiros meses olhava as vitrines cheias de roupinhas de bebê, mas se quer me permitia demonstrar interesse pois sabia q aquilo ainda era tabu, o amor e a alegria da gravidez me foi negada. Lembro perfeitamente quando com quase quatro meses de gestação uma de minhas cunhadas chegou em minha casa com várias roupinhas e como aquilo me confortou e me encheu de alegria; a partir de então os relacionamentos em casa melhoraram um pouco, apesar de que nunca se consegue esquivar das "máculas" e estereótipos que estão em você (Participante 01)

Trata-se aqui de pensar o quanto essa luta é importante e, contribuir nesse direito, nesse esforço pela liberdade e no possibilitar o direito de conhecer a si, o cuidar de si e o viver com liberdade, deve ser caminhos a não serem desviados. Mesmo porque nossos

erros nos ensinam sobre os passos a serem percorridos, pela culpa histórica que desde muito cedo aprendemos criar e acomodar em nós. O *eu não posso porque o “outro” não concorda* é algo grave e o recorte *“não me permitia publicamente acolher ou mostrar afeto”* indica-nos a extensão disso. Na sequência, *“como poderia ser feliz se era motivo de desmoralização e tristeza de tantos”*, mostra-nos o quanto os conceitos de bem e mal de Nietzsche (2005) persiste em nós. Percebamos que nós nos negamos porque o outro não nos autoriza. Vejamos que no recorte *“o amor e a alegria da gravidez me foi negada”* repete-se a relação senhor e servo citada pelo autor. Nisso, somente na aprovação e após a expiação, podemos respeitar e dizer, *“como aquilo me confortou e me encheu de alegria”*.

Ao fazer tais recortes e reforçar o que os mesmos nos trazem de discurso, a inspiração são as próprias obras de Foucault (2011), (2010) e (2007). Nelas, o autor faz correspondências entre as práticas de si da antiguidade e certos processos de subjetivação contemporâneos. Trata-se de um trabalho da crítica sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o próprio presente. É desse enfrentamento entre o eu e o outro e o estar nesses contextos que vemos a força em que a culpa e o ressentimento toma proporção de morte, de risco de suicídio, de desistência de se viver com prazer. O recorte da participante a seguir nos traz o quão contraditório tais sentimentos são e se enraízam em nós.

Tudo se torna incerto e dolorido demais ante a culpa daquilo que se espera de sua postura. Mas, que você enquanto cristã, mulher, esposa, profissional nem sempre consegue corresponder às expectativas e ao desejado. Tais frustrações nos levam a acreditar que não há motivos para continuar, tudo que lhe constitui passa a ser questionado e aumenta substancialmente seu distanciamento daquele Ser que um dia você acreditou ser constituído de amor e compaixão. O sentimento de morte torna habitual e a depressão passa a nos nomear (participante 04).

É importante que aprendamos que quando *“O sentimento de morte torna habitual e a depressão passa a nos nomear”*. Ainda, *“Tais frustrações nos levam a acreditar que não há motivos para continuar”* considerando que *“aumenta substancialmente seu distanciamento daquele Ser que um dia você acreditou ser constituído”*, O romper de tais sentimentos, com práticas de liberdade se torna um divisor de águas e importante para a pauta da vida de quem vive sobre a pressão da culpa. Nesse contexto que Foucault (2004) reflete sobre uma questão que julgamos fundamental. Referimo-nos às relações de amizade como possibilidades de resistência política contemporânea e procedimento capaz de instaurar novas formas de relação. Isso é

importante, devido aos mecanismos que historicamente escravizou-nos a ser o que não gostaríamos de ser, questão bem descrita no recorte adiante. O participante descreve que,

O mundo nos impõe muitos silêncios, e o de não poder falar o que se sente dói, dói muito e deixam feridas que não sei se cicatrizarão. Não apenas silêncio de palavras, mas também ter o corpo silenciado machuca, angustia e fere a alma. Há aqueles que podem se pronunciar, se expressar, se relacionar, mas desde que seja autorizado por alguém que domina, que decide o certo e o errado, que exerce poder (participante 03).

Quando o fragmento mostra-nos o perigo de “*não poder falar o que se sente*” porque “*dói, dói muito*” e ainda nos sinaliza o efeito de que “*deixam feridas que não sei se cicatrizarão*”, tais sinalizações trás o desafio no superar tais enfrentamentos de culpa, efeitos da mesma no campo dos ressentimentos. Nisso, reconhecemos que é urgente o ser hábil em romper com o excesso de culpa e ressentimento que silenciosamente nos consome cotidianamente. Diferente do que a maioria de nós pensamos, por nos iludirmos de sermos donos de nossas vidas e ações. Tal constatação é importante porque não somos! Ao contrário, a todo tempo, enredados por mecanismo eficientes de controle e capaz de nos esquadrihar, levando-nos cada vez mais a docilização, estes estão por toda parte, inclusive já incluso em nossas memórias. Conformação de que devemos nos distanciar de nós mesmos e sermos o que esperam de nós, essa docilização deve ser combatida.

Foucault (2004) nos chama a não nos conformar com esse lugar de docilização, mas seguirmos na busca pela liberdade, ainda possível. O autor estabelece uma correspondência entre a definição do *ethos* grego e da atitude crítica própria da modernidade. Para ele os gregos entenderam o *ethos* como maneira de ser, no conduzir-se por meio de práticas refletidas de liberdade. Nesse sentido, indagamos: Como se pode praticar a liberdade, no romper com tamanha docilização a qual nós temos nos conformado, agravando nosso sentimento de impotência? E, diante disso, como lidar com a culpa pela nossa covardia? A sugestão do autor nos permite pensar nesse caminho:

Meu problema é fazer de mim mesmo, e convidar os outros a fazer comigo, através de um conteúdo histórico determinado, uma experiência disso que nós somos, disso que é não somente nosso passado, mas também nosso presente, uma experiência de nossa modernidade da qual saímos transformados. (FOUCAULT, 2004b, p. 44).

Dessa forma é possível estabelecer uma ponte histórica entre as experiências ético-políticas da antiguidade e a exigência moderna de uma crítica do presente que se faz e se refaz ao longo do viver. Assim, confirmamos que as reflexões do autor, nos processos de

objetivação, que transformaram os seres humanos em diferentes figuras da subjetividade, são importante para melhor entendermos os mecanismo de culpa e ressentimento. Referimos ao sujeito objetivado a partir de práticas divisionárias e de exclusão, por meio das quais se estabeleceu esse nosso lugar de bom e mau, errado e certo, dentro ou fora da norma.

Por fim, há também uma análise das práticas ou técnicas de si por meio das quais o ser humano se torna um sujeito ao tomar a si mesmo como objeto de experimentação a um viver melhor e como obra de arte. São tais saberes por meio dos quais queremos habilitar e pensar na possibilidade do sujeito autônomo, na descoberta da relação consigo, como uma nova dimensão irreduzível às relações de poder e saber. Mas, isso implica em toda uma reorganização por que:

O sujeito se constitui através de práticas de assujeitamento, ou, de uma maneira mais autônoma, através de práticas de libertação, de liberdade, como na Antiguidade, a partir, é claro, de um certo número de regras, estilos, convenções que se encontram no meio cultural. (FOUCAULT, 2004b p. 733).

Mesmo deixando algumas lacunas, o autor fala da noção de “sujeito- forma”, mas não referindo-se a uma natureza humana que pudesse ser novamente encontrada e restituindo ao homem sua pureza original. Inclusive, ele não entende a subjetividade autônoma de sujeito sempre idêntico a si mesmo, ao longo do tempo. Nesse sentido, questionamos se o sujeito foi anteriormente definido como um produto dos dispositivos de saber-poder individualizadores da modernidade. Então, como pensar a figura de um sujeito autônomo, auto constituído por meio de práticas de liberdade? Ao retomar os textos antigos, Foucault (2004) não o fez de forma historiográfica, seu interesse foi de traçar uma genealogia capaz de servir na elaboração de uma ética contemporânea, que pudesse contribuir no reconhecimento de novas práticas de si. Mas diferente disso, o que temos é um discurso de dor, que fere e mata.

O discurso que fere, magoa e mata: Michel Foucault e a força do discurso

Por que não posso ser quem realmente eu sou? Sempre vi que me olhavam, e ainda olham, com diferença e indiferença. Lembra-me que aos poucos fui percebendo que eu não sentia vontade de fazer as coisas que os meninos da minha idade faziam, sempre preferi ficar junto com minha mãe. Até que um dia me chamaram de “mulherzinha” e eu sequer sabia o que isso significava. Aos poucos fui percebendo que ser “mulherzinha” era algo considerado errado e/ou ruim. O que antes não me afetava, passou a me machucar. Quantas vezes entrei dentro do banheiro e chorei, chorei muito, não queria ser assim, queria ser igual aos outros, para que me aceitassem, para que eu pudesse ser apenas mais um no meio deles e não ser rejeitado.

Quando criança ainda, já pedi a Deus muitas vezes para me libertar desse “sentimento” que agia dentro de mim. Eu só queria ser “normal”. E assim eu cresci, sem poder andar com o corpo mais mole (rebolando), sem usar as roupas que eu gostava, sem poder ficar conversando somente com as meninas, sendo obrigado a correr atrás de uma bola no meio da rua e a fingir que eu sentia os mesmos calores que os outros meninos sentiam quando uma garota se aproximava. Quantas vezes, creio que a partir dos 12 anos, tive que mentir que estava gostando de uma menina, ou que achava elas muito interessantes. Eu não sentia nada daquilo, e meus amigos, meus poucos amigos sabiam que eu não sentia, mas sempre me testando ou fazendo perguntas relacionadas a isso, só para ver qual seria minha reação, e isso cada vez doía mais.

Na igreja pude presenciar a história de um rapaz mais velho que eu que, hoje eu sei que sim, tinha os mesmos “sentimentos” que eu. Ele era alvo de chacota, de preconceito, de humilhações privadas e públicas, e mesmo assim eu sei que ele sentia, mas fingia que não. E eu já me preparava para sentir o mesmo que ele. Eu não podia sentir o que eu sentia, era pecado. Deus não aceitava e eu teria que contar para alguém na igreja para ser perdoado, caso contrário Deus estaria infeliz comigo e eu não poderia fazer parte da igreja. E assim foram muitas vezes, me sentia sujo, pecaminoso e inapto para estar diante de Deus. Era uma relação de prazer em um momento e um sentimento de culpa logo após. Sobre sexualidade, na escola aprendi sobre o aparelho reprodutor masculino e o feminino, nada além disso. Não me encontrei dentro do livro de ciências ou biologia, o que eu sentia não estava escrito nos livros de filosofia ou sociologia, os ensinamentos das aulas de ensino religioso só reforçavam a minha dor. Na vida adulta eu já tinha um comportamento que a sociedade agradava, mas nunca o suficiente. Tentei me encaixar em tudo que, de certa forma, pediam para mim nas entrelinhas. Sempre quis ser certo e ser uma pessoa de bem na sociedade, sabia que isso me tornaria um “homem padrão” que todos queriam, mas não o homem que eu queria ser. O mundo nos impõe muitos silêncios, e o de não poder falar o que se sente dói. Não apenas silêncio de palavras, mas também ter o corpo silenciado machuca, angustia e fere a alma. Há aqueles que podem se pronunciar, se expressar, se relacionar, mas desde que seja autorizado por estar na regra do que se espera dele. Mas, quem decide o certo e o errado? (Participante 03)

Este texto nos permite usá-lo como base de entendimento da incitação ao discurso discutida por Foucault (2017). E logo de início pegamos um recorte de fala de nosso participante para já adentrarmos no tema. Quando ele nos faz a seguinte afirmação: “*Eu não sentia nada disso, e meus amigos, meus poucos amigos sabiam que eu não sentia, mas sempre me testando ou fazendo perguntas relacionadas a isso, só para verem qual seria minha reação, e isso cada vez doía mais.*” Quando trazemos esse referencial de fala, nossa proposta é discutir os mecanismos de controle que historicamente estão postos e que nos levaram a naturalização dos mesmos em nós e entre nós, que surgem lá atrás na história, mas que muito disso ainda persiste, agindo sobre nossas subjetividades. Trata-se de um de comportamento que achamos serem nossos, nascidos conosco, mas que não passam de mecanismos de

docilização, de controle, de dominação que historicamente foram criados, para nos manter dentro de uma ordem e que exigimos de nós e dos outros.

O participante afirma: *“Tentei me encaixar em tudo que, de certa forma, pediam para mim nas entrelinhas. Sempre quis ser certo e ser uma pessoa de bem na sociedade, sabia que isso me tornaria um “homem padrão” que a sociedade queria, mas não o homem que eu queria ser”*. O recorte de fala nos dá argumentos suficientes para entendermos que muito do que nos tornamos não é o que gostaríamos de ser. Mas como entender, no nosso tempo o que está posto a nós? Para melhor compreender, consideremos que em relação ao sexo, o século XVII se configurou em uma era de repreensão, que era própria da sociedade dominante. Entendeu-se que defini-lo seria missão de difícil alcance e que primeiro seria necessário reprimi-lo, ao ponto de não ser citado, tomado pelo pudor e proibições que visavam impedir o discurso e que, *“de tanto calar-se, impõe o silêncio.”* (FOUCAULT, 2017, p. 21).

Com o passar dos tempos, há mudanças quanto a maneira como o sexo se configura na sociedade, anteriormente censurado, agora uma expansão quanto ao seu discurso, silenciado no público, estimulado nas micro relações. Claro que, de maneira implacável, com linguagem permitida, escolha de palavras adequadas. Além disso definiu-se em que configurações de relações sociais e locais poderia ser discutido, ou no mínimo com prudência e discrição, *“entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais”* (FOUCAULT, 2017, p. 22). Interessante analisar que houve ao mesmo tempo um incentivo e o por outro lado o julgamento e deliberação, quanto ao discurso. Mas passado o tempo, o que mudou? É indispensável arrazoar que nosso corpos ainda são silenciados de diferentes formas, se não estiver na norma esperada, como o próprio depoimento descreve.

Na história, referenciado no autor, sabe-se que aumentou a partir do século XVIII, os discursos sobre sexo, em alguns casos, em resposta as proibições, o crescimento de discursos considerados imorais. Mas é imprescindível notar como o sexo passou a fazer parte, quando se fala de poder, relações de poder, instâncias de poder exatamente porque ele classifica, promove ou condena e uma das figuras que se apresenta nesse contexto é a igreja inicialmente e posteriormente a escola, que acreditou por um tempo ser necessário o detalhamento das relações e/ou pensamentos sexuais para que a confissão fosse válida, utilizando assim como meio de dominação da conduta e dos hábitos sexuais dos fiéis e dos alunos. Mas posteriormente a igreja passou a exigir maior discrição quanto aos relatos feitos

na confissão e a escola também veio cumprindo seu papel de formadora de normas e formas, outorgada pela família.

Atualmente, a religião ainda continua com forte influência sobre a vida e comportamentos de seus membros, relacionados ao sexo, em maior ou menor grau. Quando nosso participante, já no fim da segunda década do século XXI, afirma que “*assim foram muitas vezes, me sentia sujo, pecaminoso e inapto para estar diante de Deus. Era uma relação de prazer em um momento e um sentimento de culpa logo após*”, seu recorte de fala mostra-nos a interferência que recai sobre o conhecimento do próprio corpo, o corpo do outro, tipos de relacionamentos aceitáveis, comportamento masculino e feminino, virgindade e casamento, dentre outros e que ainda persiste entre nós.

Historicamente, Foucault (2017) considera que além das instituições religiosas, no início no século XVIII, inicia-se uma discussão sobre o sexo nos campos relacionados a política, economia e técnico que justificaram essa busca pelo controle do corpo e de seus prazeres. Não buscou-se falar de maneira abrangente e geral, houve intenção de examinar, de calcular, categorizar e especificar, mediante a utilização de pesquisas e racionalização dos resultados. Só um tempo mais a frente, cerca de um século depois, a medicina apresentou-se, fazendo esse serviço de forma ainda mais eficiente. Naquele contexto o conceito era que,

Devia-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não fosse ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservasse para si a distinção (...) cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos. (Foucault, 2017, p. 27)

Pelo descrito, a sexualidade se apresenta como um tema que deve, ou, pelo menos, deveria, ser estudado e discutido na sociedade, de forma ampla e reflexiva. Mas, a princípio é de suma importância que se conheça a história da sexualidade, principalmente os tipos de poder, sendo eles: o poder soberano, o disciplinar e o biopolítico (ou biopoder), que é a essência teórica indispensável para o entendimento da temática sexualidade, como o autor nos instrui. Adentrando no tema, o poder soberano é explicitado em uma época delimitada pela extirpação de produtos, riquezas, labor, luta forçosa aos subalternos.

Poder que denota cunho de direito de detenção, apreensão, das propriedades, dos recursos, do tempo, dos sujeitos e de suas vidas. Porém o poder soberano passou por mutações e a apropriações, a apreensão se perdeu como foco central e surgiu, então, uma nova configuração, agora com a incumbência de instigação, de domínio, de limitação, de restrição,

de vigilância, de gerador de rigidez que lhe são submetidas (FOUCAULT, 2014). Foi assim que caminhamos até os nossos dias.

No nosso tempo, bem sabemos que o poder soberano esteve diretamente ligado à disciplinarização de corpos, vendo-os como máquinas, que precisam ser moldadas, sugar suas forças e capacidades. Isso com o intuito único da ampliação do uso, maleabilidade e submissão, mediante processos de controle eficientes e econômicos (FOUCAULT, 2014). Quanto ao poder disciplinar, trata-se de configuração de poder empregue sobre a vida. Ele tem como principal tarefa regular a população, não atua diretamente apenas sobre o indivíduo, mas sim em sua espécie.

Os corpos passam a ser submetidos a ingerências e direcionamentos contínuos, efetivados mediante “processos biológicos”, assim como procriação, natalidade, mortalidade, longevidade, vitalidade, perspectiva de vida, operando de maneira mecânica os indivíduos e o recorte de fala “*O mundo nos impõe muitos silêncios, e o de não poder falar o que se sente dói. Não apenas silêncio de palavras, mas também ter o corpo silenciado machuca, angustia e fere a alma*” reforça esse entendimento.

O que sabemos, sustentado no autor, é que com associação direta ao capitalismo, explicitou-se o biopoder, constatou-se um conglomerado de técnicas constituídas na dominação dos corpos e na limitação das populações. Muito disso foi relacionado ao início da vida, ao controle do poder e do saber, mediante o aumento de conhecimentos sobre a vida e a imposição de padrões com o intuito de sobrevivência, as ameaças da morte se recuavam. Daí entendemos o papel da escola e a forma como ela tornou-se indispensável ao que se pretendia. Logo, ao falar dos tipos de poder, é possível perceber como o poder está presente na vida das pessoas, como ele faz parte do emaranhado de situações que podem, a princípio, não estarem relacionadas diretamente com o corpo, mas sim está e de domínio da família, da escola e do sagrado.

Isso porque o poder permite o acesso ao corpo e à sexualidade, interfere nos cuidados com a saúde, em como os indivíduos se alimentam, como e onde habitam, seus modos de sobrevivência e sobre toda sua vida de maneira mais ampliada. Daí o papel da escola, do ensino das ciências e da biologia. É uma intenção pelo controle dos corpos. No que se refere a sexualidade, as relações de poder estão ligadas a censura, acusação e condenação, mas não somente a esses fatores, porque procura-se saber como o sexo é abordado. Logo, quais análises devem ser feitas ao pensar sexualidade, religiosidade, família e sociedade?

Pelo descrito até aqui, a sexualidade está presente na vida das pessoas desde sempre. Quando há a fecundação, ou até mesmo antes dela, já é possível dizer a relação que há da sexualidade com a formação do indivíduo. No útero inicia-se uma série de atitudes por quem espera a criança nascer. Como se chamará, com quem terá semelhança, que tipo de roupa vestirá, com quem brincará, vão desde esses pequenos detalhes iniciais até o pensamento de quando e com quem casará e quantos filhos terá, contribuindo assim para continuidade do mesmo ciclo.

Todas essas expectativas criadas, mesmo antes do nascimento da criança são fundamentadas em aspectos sociais, religiosos, culturais e financeiros, dentre muitos outros, que quem espera julga ideais. Portanto, construiu-se um padrão a ser seguido. Desde criança já são impostos meios adequados para se fazer tudo, desde o modo de andar, de falar, de se comportar, se comer e de se vestir. Muitas crianças sofrem com essas imposições feitas pela família e também pela sociedade, em alguns casos não são questões que agradam ou as deixam à vontade.

Quando o participante nos faz essa afirmação *“Quantas vezes entrei dentro do banheiro e chorei, chorei muito, não queria ser assim, queria ser igual aos outros, para que me aceitassem, para que eu pudesse ser apenas mais um no meio deles e não ser rejeitado”*, ele nos mostra que aos meninos são destinados a seguir o exemplo do pai ou outra figura do sexo masculino que se apresenta na família, deve aprender a utilização de ferramentas, a jogar e gostar de futebol, gostar de carros, a ser forte, insensível e a desde pequenos paquerar as garotas. Caso não se comporte assim não será “homem de verdade” e se distanciará do modelo, do padrão que deve ser seguido, definido pela sociedade, baseando-se também na igreja e nos exemplos de pessoas bem-sucedidas.

As meninas devem seguir os direcionamentos e comportamentos da mãe, ou outra mulher que conviva, brincar com bonecas como se fossem seus filhos, cozinhar, lavar e passar, se arrumar e se produzir para que assim aprenda a no futuro conseguir casar com um “bom partido”, ser delicada e educada. Para que esses papéis, de como ser menino e como ser menina, sejam cumpridos, um dos meios utilizados é a repreensão, atitude essa que é feita em casa, na igreja, na escola e na sociedade como um todo.

Logo, fugir ao padrão perfeito de sociedade é estar errado. Mas, qual seria o adequado? Obedecer ao que a sociedade impõe e reprimir as vontades, desejos e sentimento de satisfação? Parece-nos coerente considerar que sim. Sustentados em Foucault (2017), retomando o que já esboçamos inicialmente, avaliamos que o sexo controlado do século

XVIII, pode até estar sob uma nova perspectiva. Mas, ainda trazemos em nossos corpos, em nossas subjetividades, muito do que foi implantado lá. Nesse caminho de entendimento, o autor nos diz que até o século XVII ainda se falava de assuntos ligados à sexualidade com certa franqueza e naturalidade.

Tal fato era notório, tanto que mesmo na presença de crianças tratava-se de sexualidade em palavras claras sem a preocupação com a presença dos mesmos. Quando consideramos que a sociedade, não muito tempo atrás, estava distante de todos esses processos de controle dos corpos, avaliamos que talvez, não tenhamos andado adiante, como muitos pressupõem. Possivelmente tenhamos retrocedido. Falamos isso porque deixamos de ser senhores de nós mesmos, de expressarmos nossos sentimentos, nossos desejos e caímos numa redoma em que tudo que fazemos está associado a sermos aprovados ou não por nossos pares e os demais olhos que nos observam, e a fala de nosso participante confirma isso.

Por ser assim, absorvemos que aquilo que foi imposto a um grupo social de interesse, a saber, a burguesia, tornou-se regra a todos. Naquele contexto, foi a ascensão da classe burguesa no século XVIII, classe a qual foi peça chave na organização mundial que temos até hoje, que adentramos em uma era onde o sexo passou a ser calado no público e legitimou-se como assunto para ser mencionado apenas na alcova dos cônjuges e para a procriação, como já argumentamos. Lá o sexo passou da esfera de público para o privado. Falar de sexo tornou-se assunto de conversas privativas, mas vale reforçar que não proibido e sim restringido.

Discutindo melhor o papel da classe burguesa a partir das considerações de Foucault (2017), sabe-se que ela era formada por banqueiros e comerciantes que detinham poder econômico, mas como era uma sociedade estratificada, organizada em classes, estes não possuíam poder político, foi com a Revolução Francesa e Industrial que a burguesia alcançou imensurável intervenção econômica na sociedade. Para o autor, foi a sua ascensão que lhes garantiu espaço na política, antes reservada ao clero e a nobreza. Isso explica sua busca por alcançar um nível social de reconhecimento, de valores, de conceitos que a distinguisse das classes populares.

Neste mesmo período defrontamos com a Era Vitoriana caracterizada como período em que o Reino Unido se impõe como supremacia mundial de avanço e tecnologia, e que claro, não poderia deixar de influenciar em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na moral/ética sexual, que aqui nos é o fato relevante em discussão, pois surge como discurso para instaurar-se as relações de poder segundo Foucault (2017), as quais como supracitado

ainda estamos subjugados até hoje e os recortes de fala nos confirmam isso. Portanto, ainda temos fragmentos dessa forma de controle que outrora foi estabelecida. Nisso,

As relações de poder conduzem os comportamentos e condicionam um aprisionamento e uma caracterização de conceitos capazes de dizerem sobre o sexo e suas experiências, enquadrando a sexualidade nos parâmetros técnicos e científicos que, segundo sua teoria, acaba por se manifestarem em todas as outras esferas sociais – outrora ditados pela Igreja e agora pelos cientistas (GOMES, 2015, p 121).

Retomando o que Foucault (2017) nos afirma, o ocorrido foi que no estereótipo criado pela burguesia o sexo seria discussão que sairia do real para se dimensionar à nível de linguagem, negligenciando seu lado natural e relegando-o a um vocabulário autorizado e, por conseguinte, restringindo suas verdades factuais. Ou seja, decidiu-se onde, quando e como se pronunciaria sobre sexo. Oras, pelos recortes de fala inseridos, acaso não vivemos isso até os nossos dias? avaliemos se ainda não temos medo de revelar nossos desejos até aos nossos pares que convivem conosco a tantos anos, que conhecem nossos corpos e desejos mais profundos. Porque temos comportamento de constrangimentos, naquilo que nos é tão pessoal e ao mesmo tempo, tão comum com aquele que dividem nossos prazeres, nossos desejos, nossos encantos e desencantos?

Nesse caminho, vale considerar que foi assim que o sexo se limitou as micro relações. Se fosse dito teria que ser discretamente entre pais e filhos, marido e mulher e educadores e alunos. Só que entre esses dois últimos a proposta já era extensão daquilo que a sociedade já estava impondo como padrão. Homossexualidade então, essa desde sempre foi pecado, crime e imoral. Daí entendemos a escola enquanto dispositivo de domadora de corpos a atender demandas e padrões de uma sociedade que já era heteronormativa. Nisso vale considerar o que temos no nosso tempo.

Precisamos arrazoar o quanto a escola permaneceu nesse lugar de controladora de corpos, de docilizadora de formas e normas e impõe o que ela acredita, o que o professor tem de sua cultura pessoal, replicando aquilo que é padrão na sociedade. E a biologia escolar? Foucault (2017) nos permite afirmar que ela é ferramenta da medicina higienista dentro da escola, com a função de agir no campo do biopoder, numa perspectiva de biopoder, política sobre os corpos.

E no campo do religioso e do sagrado, pensemos porque uma criança na escola tem que rezar o pai nosso ou a ave maria. É escola ou igreja? Acaso o saber está vinculado ao sagrado? O papel da escola não é edificar saberes? Se pensamos que esses questionamentos são nossos, enganamo-nos porque Foucault (2017) o faz de forma a nos suscitar o quanto historicamente fomos moldados, nossas subjetividades foram ajustadas a normas e regras e

nos iludimos que seja algo que esta posto desde sempre, que isso é do humano, para confirmar, os recortes já inseridos também nos reforça tal percepção. Historicamente, vale reforçar que o ocorrido é que apesar do policiamento os discursos acerca do sexo (cada qual com suas especificidades) se multiplicaram, contrariamente ao imposto pela ordem Vitoriana.

Nisso, o discurso sexual tomou tamanha magnitude/relevância que no âmbito do exercício do poder, ele se institucionalizou, sendo permitido ser escavado na mais profunda intimidade pelas instâncias do poder. Quando consideramos toda essa dinâmica do sexo, chegamos a conclusão que romper com todos esses mecanismos é algo impossível. Ou seja, estamos sobre a égide do poder do controle. Ele não procede mais de nenhum ponto, ele está na sociedade, nas pessoas, na escola pela pessoa do professor, em casa na pessoa dos pais, dos tios, dos avós. Então, estamos fadados a tudo aquilo que é normativo do sexo, e fora disso é perversão.

Estas afirmativas nos remetem aos anos primitivos de descoberta da América, quando os índios desnudos, banhavam-se diante dos portugueses que os classificavam como pagãos. Dessa cultura indígena dizimada, pensemos o que por 500 anos permaneceu no campo, nas dinâmicas e culturas locais que se misturam entre o indígena e o negro que colonizou o país, com milhões, para mãos de obra barata. Um passo adiante, consideremos todos os mecanismos de subalternização e não reconhecimento desses sujeitos que a todo tempo buscam formas para serem aceitos pela sociedade que os subalterniza.

Nosso desafio é esse, de mostrar que muito do que está posto, veio de vícios históricos de uma Europa que nos dominou, domou, impôs, não respeitou e até o nosso tempo, esse pensar eurocêntrico de heteronormatividade, de religioso e de ordem social permanece. Essas possibilidades só ocorreram por conta dos dispositivos de controle e dominação que a igreja estabeleceu a partir do século II, como afirma Foucault (2017). Através das confissões a igreja cada vez mais, neste período, se apoderou da intimidade dos lares e principalmente na sexualidade existente ali.

No que afirma o autor, para melhor esmiuçar os detalhes do assunto, ele afirma que as confissões se tornaram mais constantes e mais minuciosas com a Contra-Reforma, calcada principalmente na importância dada a penitência sobre os desejos da carne. Para as confissões exigia-se o máximo de detalhes possíveis sobre todo e qualquer aspecto do seu cotidiano que fizesse menção ao lado sexual: toques, pensamentos, gestos. É esta herança de se comentar tudo acerca do sexo que Foucault (2017) questiona, pois mesmo sem termos a

obrigação de nos confessar, ainda carregamos conosco o hábito de falar sobre sexo ao modo que se espera de nós, como o participante nos mostra os desafios impostos aos outros.

Em sua narrativa ele diz: *“Na igreja pude presenciar a história de um rapaz mais velho que eu que, hoje eu sei que sim, tinha os mesmos “sentimentos” que eu. Ele era alvo de chacota, de preconceito, de humilhações privadas e públicas, e mesmo assim eu sei que ele sentia, mas fingia que não. Mas o desafio é também a mim seguindo na sua fala fazendo a seguinte afirmação: “eu já me preparava para sentir o mesmo que ele passava”.* Resumidamente sobre isto sabe-se que,

O homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo (FOUCAULT, 2017, p. 26).

Então o discurso nos mostra que há interesses intrínsecos nos aparelhos de poder quando os mesmos proíbem falar de sexo, buscando justamente o efeito contrário e quanto a isto, Foucault (2017) suscita o questionamento se houve censura sobre o sexo, para ele, o ocorreu o contrário, constitui-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia. Nesta direção, averiguamos então, que os mecanismos de poder nunca quiseram que o sexo fosse calado, e sim que ele fosse dito e pensado para o público por pessoas mais eruditas ou treinadas para isto, pois assim conseguiria sustentar seus discursos. Daí o empoderamento da psicologia, da psicanálise, da medicina, da biologia, da escola e do religioso que iniciou e ainda persiste.

Portanto, em meados do século XVIII, para além da igreja e do discurso moral o sexo viralizou no âmbito da racionalidade, agora fomentada pela política, pela economia, atuando como mecanismos de poder, buscando, de certa forma, acalantar o humano em suas “transgressões”, fazendo com que o indivíduo se desculpe por ser assim. Uma discussão desta pauta, trazida pelo autor. A fala do nosso participante mostra-nos que, mesmo depois de 100 anos, ainda engatinhamos envoltos pelo medo de tocar neste assunto na sociedade. Ainda no nosso tempo, para se falar em sexo se faz necessário deixar de lado moralismo hipócrita, superar o pudor e o rebuscamento da linguagem, para podermos discutir, falar em sexo de maneira a geri-lo e não de julgar e esse é o nosso desafio.

Para Foucault (2017) nesta ordenação de se falar em sexo, alimenta nossa necessidade de controlar a discussão sexual que ainda persiste, o ocorrido foi que tal discurso

alcançou o Estado, no entendimento que o sexo precisou ser policiado. Daí o termo “polícia do sexo” que as discussões do autor nos faz recordar. Tratam-se de considerações que se referem ao precisar regular o sexo por meio de discussões úteis e não por proibição. São mudanças de comportamento em relação à necessidade de usar o discurso sexual enquanto utilidade para fins públicos.

A ação veio atrelada à surpresa do surgimento da população como problema político e econômico. Nela se viu a necessidade de não olhar separadamente sujeito e povo, mas a população como um todo, atendendo seus diversos aspectos. Assim, passou-se a entender que a resposta para tudo estava relacionado ao sexo, pois só através do seu monitoramento e controle se poderia prevenir ou reverter desequilíbrios na sociedade, tais como o número elevado de população para pouco recurso disponível, mão de obra e riqueza - biopolítica.

No aprofundar do tema citado logo no início do texto, retomado aqui para melhor entendermos o que chegou até nós de toda essa articulação sobre o sexo e a sexualidade, sabe-se que o sexo está numa disputa entre estado e sociedade, pois o estado quer se apoderar da prática sexual do sujeito, evitando resultados que possam desencadear crises no sistema capitalista e torne-se um problema. Aqui o estudo do sexo é uma relação entre o biológico e o econômico, e é o que também acontece com o discurso sexual da criança, que na realidade não foi emudecido, só é dito de outras formas e por outras pessoas, em outras perspectivas para surtir outros fins, e desta forma também o estado consegue alcançar seus fins através do discurso sexual como técnica de poder, a saber, a eficiência do biopoder.

Nisso entendemos o papel da escola e da biologia na formação. De acordo com Foucault (2017) todo o discurso acerca do sexo está engendrado. Controla-se o que se deve ou não dizer e até mesmo o silêncio acerca de algo tem fundamentação. Para o autor tudo está meticulosamente pensado dentro do discurso, para facilitar o controle. Para ele,

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2017, p. 30).

O autor corrobora que nos colégios do século XVIII, onde se supunha haver o mutismo em relação à sexualidade, o sexo permeava toda uma logística, desde o conjunto arquitetônico, das disciplinas e de sua organização interior, confirmando assim sua existência precoce, ativa e permanente, configurando o sexo como mecanismo de poder, atuando na vida dos estudantes. Preocupação atinada pelo Estado, considerando-se que o sexo deles seria

problema público. Quanto a medicina, ela fazia e ainda faz intervenção no aconselhamento da população e dos pedagogos nos projetos apresentados às autoridades.

Desde então e ainda no nosso tempo, há mobilizações em torno do sexo adolescente, no intuito de contê-lo, cerceá-lo. E acaso não é isto que vivenciamos nos nossos tempos? Persiste uma enorme preocupação e discussão acerca da sexualidade que pode ser vivida precocemente. Todo um discurso em função de manter as crianças puras e livres do sexo. Esta preocupação, como podemos observar, está vinculada ao tipo de sociedade que se quer moldar e sustentar, tentando, de certa forma e neste contexto atual, reprimir a liberdade na transposição das palavras do discurso sexual.

Vale ainda considerar que outro dispositivo que foi ativado na intenção de originar discurso sexual, foi a medicina que em primeiro momento permeou pelas doenças dos nervos, adiante pela psiquiatria, depois pela masturbação e coito interrompido e pela contracepção e coroando seu mecanismo de poder a exclusividade no domínio do saber sobre as perversões sexuais. A justiça foi outro dispositivo que cada vez mais mergulhou da discussão sexual, colocando cada vez mais limitações e separações entre o certo e o errado, enfatizando o perigo que o sexo oferecia e oferece no simples fato de mencioná-lo. Mas aqui vamos deixa-los mais a parte, nos atendo mais a escola, que é o mecanismo de controle aos quais vamos nos inserir e de poder intenso sobre todos.

Diante de tal desafio, vale considerar a distância entre culpa pessoal e a escola. Segundo Foucault (2017), a culpa tem estreita relação com a concepção de moralidade e a relação com a concepção do poder. Nisso, é importante frisar que, no nosso tempo, a culpa está para além do espaço do sagrado e adentrou noutros contextos e adquiriu novos arranjos, como as falas de nosso participante bem pode demonstrar. Nesse caminho, segundo Foucault, a confissão gera uma relação de poder em que o ouvinte sempre está numa posição de superioridade em relação ao confessor. Tal relação de poder é observada em qualquer das circunstâncias, seja na relação religiosa, seja na relação moderna científica, sempre pautada pela hierarquia do conhecimento. Pensemos que o castigo da culpa é instrumento que se adota para uniformizar o mundo e colocar o bicho homem para viver em sociedade custe o que custar. Para Santos et al (2018),

Ao executar o castigo a quem transgrida, se exerce a punição e impõe-se o ajuste a preço de dor. Mas, consideremos que sempre somos levados a pensar da seguinte forma: o punido é o causador do dano, por isso, receberá o castigo. Trazendo tal leitura para o nosso tempo, o castigo se reconfigurou de forma cotidiana, por vezes, tendo como expectadores os outros próximos, os familiares, os pais, os vizinhos de convívio social e o colega de trabalho. Consideremos ainda que o processo educativo é pródigo nesses mecanismos

de condenar. Neles só existem o ajustado a norma e o desajustado. Diante dessas dinâmicas. [...]o castigo é dado e, no caso aqui, é classificado como fora da norma o culpado. Culpa-se exatamente por estar desajustado ao que se espera dele. Consideremos que isso não torna o sujeito melhor, apenas acrescenta-lhe medo, prudência e controle no buscar do ajuste ou a culpa da condição da subalternia (SANTOS et al, 2018, p. 6)

Ao considerarmos tais questões, pensemos que a escola é e permanece local onde os mecanismos de poder estão atuando o tempo todo, a vigília pela normatividade dos comportamentos, o enquadramento no aceito pela sociedade, no disciplinamento de seus educandos é o objetivo maior educacional e podemos contatar isso no discurso de nosso participante. É na escola, por meio do educar, que os sujeitos são tirados de seu estado de selvageria e formatados a norma, como Valeirão (2009) permite considerar.

Arroazando que a escola é local que mais atende demanda de pessoal, para adquirir formação e ascensão social, ela é espaço onde se tem a oportunidade para exercer as relações de poder e assim alcançar uma vasta dispersão das ideologias que os mecanismos de poder, controle e dominação querem trazer como verdade. Nisso entendemos porque somos vítimas do sistema educacional a nós imposto. A escola então, é um dos locais mais propícios a se efetivar as relações de poder. Foucault (2017) afirma que ambos não são a mesma coisa, mas estão correlacionados:

Temos antes que admitir que o poder produz saber; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder [...]. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 2014, p. 27).

O autor intitula esses locais como “instituições de sequestro”. Têm essa nomenclatura porque, retiram compulsoriamente os sujeitos do espaço familiar e social mais amplo e os colocam nestes lugares para moldá-los. Se antes o castigo fazia parte do sentimento de culpa do indivíduo em expiação aos seus pecados, restringindo-o ao campo do sagrado e do profano, força que ainda é perceptível, pelos recortes de fala que nos foram importantes nessa discussão, no nosso tempo a força é menor. Mas foi através do castigo que se buscava dominar a população, fazendo-se que pelo medo se “andasse na linha”. O que podemos considerar é que as escolas não mais castigam os alunos com sofrimento corporal como em outrora.

Isso porque ela se reconfigurou em seus mecanismos. Surgiu neste contexto, o papel de invenção de “corpos dóceis”. Em relação a corpos docilizados, entende-se que a

mudança na didática do mecanismo de poder se deve pelo fato de que ao se flagelar o corpo, este se torna frágil e pouco produtivo, e ao domesticar, docilizar os corpos, os torna produtivos, assim atendendo melhor o lado social e político da demanda pensada para a Idade Moderna, ainda sendo mecanismo útil, segundo Santos (2018). Pois, que saibamos que a escola é instituição que articula, com eficiência, as relações de saber e poder e utiliza dispositivos disciplinares que visam, tornar o exercício do poder eficiente.

Conclusivamente, é desta maneira que precisamos ter uma visão mais crítica da educação. É importante questionar o que vai ser ensinado aos alunos no intuito de reconhecer suas diferenças e não deixar com que o ambiente escolar *in loco* seja paulatinamente e cada vez mais opressor. Mesmo que esteja rebuscado de docilidade. É nesta descrição que entendemos perfeitamente o papel da escola, exercício este de se formar cidadãos para se encaixarem aos parâmetros da sociedade heteronormativa, anulando suas subjetividades, negando e não reconhecendo comportamentos que entram em discordância com a norma. Vale estarmos atentos a difusão de vários conceitos que barram, por exemplo, o aumento da taxa de natalidade, a gravidez precoce, a disseminação de ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis e a isto não está atrelado a preocupação com a saúde especificamente, podem ser controles feitos para não se instaurar situações que dificultem a governabilidade-biopolíticas.

Considerações finais

Após percorrer todas essas linhas e a complexidade do que nos foi possível adentrar, considero valoroso reconhecer inicialmente, que foi devido aos estudos de *Friedrich Nietzsche* e de Michel Foucault que enxergamos a possibilidade de demonstrar a análise histórica da culpa e do ressentimento, como produto de uma trama de discursos de saber e de relações de poder historicamente estabelecidas, mas ainda úteis às leituras de nosso tempo e que se acomoda bem sobre as dores e enfrentamentos de nossos participantes. Também foi possível por meio do trabalho analisar os processos modernos de sujeição e de produção desses sujeitos assujeitados, foi possível ler nas linhas de nossos participantes a forma como a dor é algo comum quando acomodamos a culpa como dificuldade em lidar com as normas impostas.

Ainda, as narrativas nos depoimentos, mostram que vivemos sob uma moral cristã, uma moral de obediência à um código de regras que ainda se perpetua em nosso tempo, embora estejam começando a desaparecer. Por ser assim, é importante reforçar, vivermos sob esse “sujeito-forma”, na capacidade ético-política que dificulta um estabelecer da relação

consigo menos conflituosa, por meio de práticas e configurações. E o desafio são novas formas de relação, novos desenhos de amizades e novos contornos de viver consigo e com os outros. Vale ressaltar a importante distinção entre os conceitos de relações de poder e de puro domínio de si e do outro, o que, conseqüentemente, também permite definir o fenômeno de resistência aos poderes assujeitadores, como modos de subjetivação ou de constituição do que somos, do que nos tornamos e do que precisamos preservar de nós, para não nos distanciarmos de nossa sede e vigor pelo viver.

Portanto, aí está a importância de se pensar na ética do cuidado de si dos antigos, na possibilidade da mesma vir a ser apropriada ou transcrita no presente, como práticas de resistência em relação aos procedimentos normalizadores modernos parece-nos razoável. No nosso tempo o principal objetivo não é descobrir quem somos, mas recusar o que somos, porque temos sido massacrados pelos processos de objetivação que nos distanciam de nós mesmos. Vale considerar que na contemporaneidade continuamos, em nossa maioria, com nossas potencialidades “adormecidas” em decorrência das nossas culpas e ressentimentos. Nos tem sido impostas. Regras que não condizem com o que gostaríamos de viver e corresponder com o que está em nossa memória. Entendemos que é preciso obedecer e isso causa um adoecimento em massa, que reflete em sofrimento, violência e manifestação da insatisfação com a vida, frutos da culpa e do ressentimento.

Pode até nos parecer parte do passado, mas o grande problema é que os homens que representam a força escrava, esta que não tem poder de questionamento ou simplesmente não pode fazer nada a respeito a não ser aceitar, tem se mantido como força passiva ou reativa para ser aceito no seio da sociedade. Somos maioria e, por agirmos assim, perpetuamos as ferramentas que abafam nossas potências e tornamos nosso viver em um “calvário” de culpa e ressentimento, tomando para nós mesmos, o ônus da culpa dos pontos negativos em seus sofrimentos/conflitos, deixando “ressentimentos” encravados/impressos no nosso psicológico, nossas memórias. Tais sentimentos são ataduras que para além de impedir a expansão de potência, é cômodo as classes de força senhoril.

Assim, o comportamento servil e dócil do escravo do passado e que ainda habita em nós, facilita a compreensão do quadro vigente contemporâneo com a existência de várias dicotomias condizentes a diferenciações pejorativas entre os antagonismos sociais, entre etnias e raças, aos padrões aceitos como bons e ruins, ao heterossexual e homossexual. Em todos identificamos a relação de poder onde uns se sobrepõem aos outros e outros tem mais força que uns.

Outra questão que marca esse trabalho refere-se ao banirmos com a sexualidade na escola, no limitá-la à família, de certa forma, se estará colaborando para esse caminhar em direção a liberdade da linguagem sexual e do entendimento do sentido real do sexo, restrito aos valores culturais familiares? Seria este o voltar aos valores e costumes da tradicional família Brasileira? Arrazoando as leituras e a reflexão das pontuações ordenadas, conseguimos permear, ainda que sutilmente, o aparelho de controle do mundo capitalista com seu afã pungente de domesticar a sociedade como um todo, conforme seus interesses e também as relações de poder que se instauram nas micro relações dentro da própria sociedade e da família, está renovado, com potência e poder de alcance.

Ainda, vale considerar que o discurso sexual recoberto de disfarce, até na atualidade, se sustenta não mais pelos mecanismos de opressão, mas sim por mecanismos de ideologia aos quais não se pode fugir, pois estão em toda parte. Desta forma entendemos que o discurso à repressão moderna do sexo se sustenta pelas micro relações e não mais pela opressão viés ideológico passado de pai para filho, reforçado na escola, chancelado pela relação professor aluno. Pensamos que nós, enquanto professores, temos que rever nosso papel dentro da educação, até porque trazemos nos nossos corpos e mentes essa dor de ter que ser, ser obrigado a ser o que em muito não queríamos. Temos que repensar nossas atitudes, não deixando que o que foi posto e impregnado sobre tudo e todos, recaia também sobre nossos alunos e continue a replicar tanta angústia na sociedade. Enquanto docente então, se faz necessário em primeira instância para combater a replicação desse comportamento normativo que está posto, abordar a educação pelo viés ético; pois como sabemos para uma educação libertadora, de caráter integral e que permita ao sujeito exercer cidadania a ética é imprescindível. Corroborando para isso, recorro a Bastos, 2017

Admite-se que a ética esteja consagrada no bojo da família, da escola e da comunidade por ser a base de uma sociedade mais justa e igualitária e que, portanto, carece de um olhar humano mais aprofundado, pois ela é uma forma racional humana de viver em harmonia com outros humanos.

Nossos educandos devem ter em mente a importância do caráter democrático da sociedade, levando em consideração a promoção da liberdade, do respeito e da tolerância para vivenciar a diversidade que lhes rodeia. Nesse contexto, cabe a escola orientar e viabilizar meios que possam, de fato, tomar parte nessa construção e tornarem-se livres para pensarem e tomarem decisões.

A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha. A ética interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Abrange tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e perante elas, quanto a dimensão das ações pessoais (PCNs, p. 29-30. 2001)

Quando dizemos que para a boa qualidade do ensino é preciso abarcar a dimensão ética do sujeito educando, quer dizer que estamos fomentando a educação a partir da relação com o outro, escutando o que o sujeito em questão pensa sobre ele e sobre a sociedade, enfim, tentando vislumbrar o que ela tem a dizer sobre suas vivências e seu contexto sócio cultural. Nesse exercício de escuta/observação/compreensão é preciso que educadores (e a escola também) se “desarmem” de qualquer espécie de julgamento ou discriminação, respeitando suas diversidades como primordial na tentativa de não deixar que as normas que os assujeitam tirem sua potência. Ainda corroborando para indissolúvel ligação entre educação de qualidade e ética, e buscando melhor explicitar o termo ética, cito Trombeta, 2010, p. 167, trazendo pensamento freiriano

Educadores e educandos não podem escapar à rigorosidade da ética. Quando a ética é concebida como uma reflexão crítica destinada a tematizar os critérios que possibilitam superar o mal e conquistar a humanidade do homem como ser livre, os vínculos entre educação e ética tornam-se fortíssimos a ponto de podermos dizer que educar é formar sujeitos éticos tendo em vista a humanização do humano e das relações sociais. A educação é na sua essência um encontro ético entre o eu e o outro. Sem ética é impossível efetivar um projeto de educação libertador e humanizante.

Outra expectativa acerca de nós professores não replicarmos os moldes que causam “dor” aos nossos discentes, é direcionarmos um olhar crítico sobre todas as dimensões que o âmbito escolar traga para disponibilizarmos como “bom” para a educação, pois como visto, o discurso é permeado de ideologias e atendem a classes senhoris. Assim sendo precisa-se enquanto professor analisarmos desde o currículo até as práticas pedagógicas para não reforçar o que está posto. Exemplo disso, trazendo a abordagem heteronormativa, seria quando se trata de formação familiar nas escolas, onde como modelo só aparece um casal heterossexual, o que acarreta dor imensurável a um aluno que em seu lar tenha duas figuras femininas ou masculinas no papel de responsáveis.

Claro que os conhecimentos adquiridos na escola têm seu lado positivo, mas devemos estar atentos até onde nós, enquanto professores, podemos deixar esses mecanismos em sala de aula. Por esta explanação, texto e debate, pensamos que podemos entender melhor o que acontece no nosso tempo, tempo este em que os sujeitos ainda têm sua sexualidade tolhida e entalhada conforme a normalidade imposta pela sociedade, pelo simples porquê da sociedade não poder se desajustar política e economicamente, e digo simples pelo fato destes mecanismos deixar de lado toda e qualquer farpela da subjetividade inerente ao sujeito

exposto ao mecanismo, não levando em consideração nada que diga respeito à realidade e especificidade do indivíduo e, por conseguinte, causando grandes danos aos sujeitos enquanto indivíduo, deformando o seu próprio “eu” o que pode ser a causa de várias doenças diagnosticadas na atualidade, afinal de contas, quem se mantém saudável tendo que fingir quem você é? E o que mais impressiona é o quanto há sacrifício da sociedade em prol de se manter o poder.

A relação entre o poder e o saber fica bem explícita em situações que encontramos nos moldes das escolas atuais. Temos uma educação verticalizada, onde o professor que é o detentor hipotético do saber está acima do aluno, instaurando-se assim o poder e a dominação naquele ambiente. Na sala de aula quem decide o que será estudado ou feito é o professor, não se respeitando as vivências dos discentes, e assim ele guia facilmente o que deve ser exposto, mantendo a engrenagem dos mecanismos de poder acionadas, como em uma roda viva incessante. Também em cada escola atual há uma norma a ser seguida, cada qual embebida em suas próprias convicções e trazendo alguma forma de doutrinação e controle, pois como bem sabemos, a educação sempre possui um viés ideológico e não há como fugir disso.

Referências

BASTOS, Manoel de Jesus. **A Importância da Ética na Educação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 264-276, Julho de 2017. ISSN:2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/etica-na-educacao>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/etica-na-educacao pesquisar

BRITO, Antonia Edna. Narrativa escrita na interface com a pesquisa e a formação de professores. In: MORAES, Dislane Zerbinatt; LUGLI, Rosária Silvana Genta.(Org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ELLIS, Carolyn. *The Ethnographic I: A Methodological Novel About Autoethnography*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.

FARIAS, Í. S. **Memória, culpa e ressentimento em Nietzsche**. *Revista Húmus*, Jan/Fev/Març/Abr. n. 7, 2013.

FERNADES, C. A. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 106 p. 2012.

FERREIRA, A. **Culpa, ressentimento e a inversão de valores em Nietzsche. 2012**. Disponível in: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/18595344/culpa-ressentimento-e-a-inversao-dos-valores-em-nietzsche-por-amauri-ferreira/3>>. Acesso em:22/01/2020

FISCHER, R. M. B. **Foucault e a análise de discurso em educação**. Cadernos de pesquisa. Porto Alegre: n.114. 2001.

FRANCISCA E MACHADO. A construção do sujeito em Michel Foucault. **ENTRELETRAS**, Araguaína/TO, v. 7, n. 1, jan/jun. 2016 (ISSN 2179-3948 – online) 200 A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO EM MICHEL FOUCAULT FOUCAULT Giuslane Francisca da Silva e Sérgio da Silva Machado Júnior

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2017. V. 1.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. O cuidado de si. (trad. Maria Theresa da C. Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes. 1982.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora. 2003.

_____. Ditos e Escritos volume IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004.

_____. Historia da sexualidade volume I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 2007.

_____. A ordem do discurso. Ed. São Paulo: Loyola. 2011.

_____. A hermenêutica do sujeito. São Paulo: Martins e fontes. 2011.

GOMES, R. S. Poder e culpa em Nietzsche e Foucault. **Revista Húmus**, v. 5, num. 14, 2015.

Disponível

em:

<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/3408>>.

Acessado em 22/05/2020

MANN, C.; STEWART, F. Internet communication and qualitative research: A handbook for researching online. London: SAGE Publications. 2000.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A. XAVIER, A. C. S. (Orgs.). Hipertexto e Gêneros Digitais. Rio de Janeiro: Lucerna. 2004.

MISKOLCI, R.. Novas conexões: Notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, v. 12. n.2. 2011

.NIETZSCHE, F. W. **A Genealogia da Moral**. Editora Moraes. 2005.

NIETZSCHE, F. W. A. Reflexões sobre os preconceitos morais. São Paulo, Cia. das Letras, 2004.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

RUBIN, G. The traffic in women: Notes on the „political economy“ of sex. In: R. Reiter, *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press. 1975.

SANTOS, W. B. Adolescência heteronormativa masculina: entre a construção obrigatória e a desconstrução necessária. São Paulo: Ed. Intermeios, 2016.

SANTOS, W. B; Sant'Anna, Thiago Fernandes; Dias Weberson, Faleiro, wender. O Masculino e o Feminino na Escola: as contradições da norma e da forma discursivamente imposta. Uberlândia: Navegando, 2018.

SANTOS, Welson Barbosa; Sant'Anna, Thiago Fernandes; Mota, Maria Carila Carvalho; Faleiro, wender. Suicídio Universitário: Uma questão de identidade ou de profissionalização? Goiania: Kelps. 2020

TROMBETA, Luis Carlos; TROMBETA, Sérgio. Ética. Dicionário Paulo Freire/Danilo R. Streck, Euclides Redin, Jaime José Zitkosk (Orgs.) – 2. ed., ver. amp. 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 167

VALEIRÃO, K. **Ciências Sociais**. 2009. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/cienciassociais/0021.html> acessado em 24 fevereiro de 2019.

WARNER, Michael. *Fear of a queer planet: Queer Politics and Social Theory*. London: University of Minnesota Press. 1991.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**, tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remíssimo Antônio Flávio Perucci. – São Paulo : Companhia das Letras, 2004.